



Mestrado em Direito e Economia do Mar
A Governação do Mar
2017/2018

HELENA PEREIRA MADEIRA

**A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE MARINHA DA ILHA DE
ATAÚRO, TIMOR-LESTE**

Dissertação com vista à obtenção do
grau de Mestre em Direito na
especialidade de Direito e Economia
do Mar - A Governação do Mar

Orientador:
Professor Doutor Vasco Becker-Weinberg,
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Novembro de 2019

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ANTI-PLÁGIO

Declaro, por minha honra, que o trabalho que apresento é original, da minha exclusiva autoria, e que toda a utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente referenciada (ART. 20.º -A do Regulamento do 2.º Ciclo e art. 8.º do Regulamento do 3.º Ciclo). Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética e disciplinar.

Lisboa, 29 de Novembro de 2019

Helena Pereira Madeira

DEDICATÓRIA

Ao Antolício F. Guterres, ao Tonélio P. Guterres e ao Giovanio P. Guterres. Os meus amores que de longe me apoiaram com palavras de motivação e orações em todos os momentos da minha estadia em Portugal.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da elaboração da presente dissertação e do meu percurso académico contei com algumas pessoas, cujo significativo papel cumpre realçar pelo que faço os agradecimentos que se seguem.

Ao Professor Doutor Vasco Becker-Weinberg, pelo apoio prestado nesta dissertação. Sem o seu apoio e dedicação, não seria possível centrar-me no essencial. Muito obrigada.

À minha família; aos meus pais e aos meus irmãos, em particular ao meu querido amor, Antolício F. Guterres pela infinita paciência, confiança, carinho e motivação.

Aos meus queridos filhos, Tonélio (8 anos) e Giovanio (5 anos), pelo amor, paciência e compreensão demonstrada durante os 2 anos e meio a viver com a ausência de uma mãe.

Ao meu tio João F. Boavida que confiou em mim e me concedeu apoio integral e incondicional, desde o início dos meus estudos de Direito em Bali, Indonésia. Sem o seu encorajamento e ajuda incalculável ao longo da minha vida académica, não teria sido possível chegar até aqui.

À Dra. Judite P. Costa, que não é minha irmã de sangue, mas é como se fosse. Muito obrigada pelo apoio incondicional e carinho durante a minha estadia cá em Portugal.

À Dra. Ana Paula. F. Alves, pela disponibilidade e apoio nos momentos de dificuldades.

Ao senhor Constâncio dos Santos, pela simpatia e colaboração na partilha das experiências e documentos necessários para completar e finalizar a presente dissertação.

À minha restante família, amigos e colegas, obrigada pelas palavras de motivação para nunca desistir de realizar os meus sonhos.

Aos adidos e funcionários do Gabinete de Bolsa de Estudo do Ministério da Educação de Timor-Leste em Portugal, muito obrigada por toda a assistência prestada.

Por último, agradeço a Deus pelo que alcancei até agora.

MODO DE CITAR E OUTRAS CONVENÇÕES

A bibliografia usada no presente trabalho consta de listagem própria – “Bibliografia” e nela se incluem todas as obras consultadas, bem como as demais fontes citadas ao longo do texto.

Foram seguidas as Normas Portuguesas NP n.º 405-1 e 405-4 do Instituto Português da Qualidade, conforme recomendam as Regras de Estilo indicadas pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Todas as abreviaturas apresentadas no trabalho encontram-se devidamente identificadas na “Lista de Abreviaturas”.

NÚMERO DE CARATERES

Declaro que o corpo dissertação, incluindo espaços e notas, ocupa um total de 188.250 carateres.

LISTA DE ABREVIATURAS

AMPs - Áreas Marinhas Protegidas
APs - Áreas Protegidas
CDB - Convenção da Diversidade Biológica
CFDI - *Coral Fish Diversity Index*
CNUDM - Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar
CQNUAC - Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas
CRDTL - Constituição da República Democrática de Timor-Leste
CTC - *Coral Triangle Centre*
CTI-CFF - *Coral Triangle Initiative on Coral Reefs, Fisheries, and Food Security*
CTSP - *Coral Triangle Support Partnership*
ENBPA - Estratégia Nacional de Biodiversidade e Plano de Ação
ENM - Estratégia Nacional para o Mar
FAO - *Food and Agriculture Organization of the UN*
GTL - Governo de Timor-Leste
ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IUUF - *illegal, unreported and unregulated fishing*
LBOGEM - Lei de Bases de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo
MAP - Ministério de Agricultura e Pescas
NAPA - *National Adaptation Programme of Action on Climate Change*
NOAA - *Nacional Oceanic and Atmosphere Administration*
PEDN - Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional
PNNKS - Parque Nacional Nino Konis Santana
POT - Plano de Ordenamento do Território
RAEOA - Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno
RNAPs - Rede Nacional de Área Protegidas
RSU - Resíduos Sólidos Urbanos
SNAP - Sistema Nacional de Áreas Protegidas
Timor-Leste - República Democrática de Timor-Leste
UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza
UNFCCC - *United Nation framework Convention on Climate Change*
UNTAET - *United Nations Transitional Administration in East Timor*
ZEESM - Zona Especial de Economia Social de Mercado

RESUMO

Timor-Leste é um dos seis países da Região do Triângulo de Coral. Vários estudos mostram que o seu mar tem a maior biodiversidade marinha do mundo, particularmente as águas em torno da ilha de *Ataúro*. Para que estes recursos contribuam para a economia nacional, requer-se uma atitude preservacionista, que as áreas protegidas podem realizar na perfeição.

Cerca de 90% da economia de Timor-Leste depende das receitas do setor petrolífero. Com efeito, Timor-Leste é o segundo país do mundo mais dependente do petróleo e as suas reservas estão quase a acabar. Isto significa que exige uma necessidade urgente de políticas de diversificação económica, procurando desenvolver setores económicos mais sustentáveis.

A criação de área marinha protegida (AMP) é considerada uma ferramenta para proteger a biodiversidade marinha, espécies e habitats, ecossistemas em risco e o processo ecológico, quer nas zonas costeiras, quer nas oceânicas.

A sustentabilidade a longo prazo da AMP está grandemente dependente do desenvolvimento de capacidades e de recursos (humanos, financeiros, e materiais/tecnológicos). É importante ainda a colaboração entre entidades públicas, setor privado, sociedade civil, organizações não-governamentais e as comunidades locais.

Neste trabalho, além de se procurarem descobrir quais as medidas e políticas públicas adequadas para a conservação e proteção dos recursos naturais marinhos e meio ambiente em Timor-Leste, são também analisados dois subsectores importantes para a substituição das receitas petrolíferas, nomeadamente o Turismo e a Pesca. De acordo com a literatura, bem como pelas experiências de outros países, estes dois subsectores económicos apresentam-se como fundamentais para gerar receitas a partir do mar, beneficiando grandemente pela criação e gestão de AMPs. Quando bem geridos ou explorados, espera-se que possam contribuir para o crescimento económico do país e para o bem-estar do povo timorense, principalmente a população da ilha de *Ataúro*.

Para além disso, também aqui se analisam os obstáculos e desafios passíveis de impedir Timor-Leste de alcançar as metas traçadas no seu plano estratégico de desenvolvimento nacional, particularmente no domínio do mar.

Termos-chave: Proteção, Conservação, Biodiversidade e Área Marinha Protegida

ABSTRACT

Timor-Leste is one of six countries of the Coral Triangle Region. Several studies show that its seas have the largest maritime biodiversity in the world, particularly the waters around *Ataúro* island. In order for these resources to contribute to the national economy, a preservation analysis is required that only protect areas can allow.

About 90 % of the economy of Timor-Leste depends on the revenues of the oil industry. Timor-Leste is the second most dependent country in the world on oil, and its reserves are rapidly ending. This means it is necessary to establish policies of economic diversification, and to look for new economic industries with more sustainable capacity for growth.

The creation of the marine protected area (MPA) is regarded as an adequate tool to protect maritime biodiversity, species and habitats, endangered ecosystems and ecological processes. This is true for the coastal areas as well as in the deep ocean. The assurance of the long-term sustainability of the MPA's will greatly depend of the ability and resources (human, financial and material or technological). The collaboration between the public entities, the private sector, the civil society, non-governmental organizations and local communities also plays a crucial role.

This work aims at finding the adequate public policies for the conservation and protection of the maritime natural resources and the environment of Timor-Leste. It also analyzes two important subsectors for the substitution of oil revenues, namely Tourism and Fishing. According to the literature, as well from the practice of other countries, these subsectors are key to generate profits from the sea, both greatly benefiting with the creation and management of MPA's. If well managed and exploited, it is expected they can contribute to the economic growth of the country and the well-being of the Timorese people, especially in the island of *Ataúro*.

Furthermore, the obstacles and challenges to the achievement of the goals set in the strategic plan for national development, particularly regarding the sea, will also be discussed.

Keywords: Protection, Conservation, Biodiversity and Marine Protect Area.

ÍNDICE

Declaração de Compromisso Anti plágio.....	i
Modo e Citar e outras Convenções.....	iv
Abreviatura.....	vi
Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
Índice.....	ix
1. Introdução.....	1
2. A importância da conservação da biodiversidade marinha para Timor-Leste.....	4
2.1. Aspectos gerais.....	4
2.2. Áreas protegidas no âmbito da CDB e UICN.....	8
2.3. Áreas marinhas protegidas.....	12
3. Enquadramentos legais aplicáveis	13
3.1. Legislação internacional	14
3.2. Legislação nacional.....	16
3.3. Costume/direito consuetudinário (<i>Tara Bandu</i>).....	21
4. Plano estratégico de desenvolvimento nacional, 2011-2030.....	23
5. Acordos de cooperação: projetos de avaliação ecológica e biológica.....	27
6. Desafios, obstáculos e intervenções.....	32
6.1. A limitação de recursos humanos	32
6.2. A ameaça das alterações climáticas.....	35
6.3. O lixo marinho de origem terrestre.....	39
7. Próximos passos e potencial de desenvolvimento	44
7.1. Ordenamento do espaço marítimo.....	45
7.2. Ordenamento e gestão do espaço marítimo em Portugal.....	51
7.3. Regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade em Portugal.....	58
8. Áreas potenciais de desenvolvimento.....	62
8.1. Área potencial das pescas.....	63
8.2. Área potencial de turismo marítimo.....	67
Considerações finais e recomendações	71

Referências bibliografias

1. Introdução

A ilha de *Ataúro* é uma ilha do norte do território da República Democrática de Timor-Leste (Timor-Leste). O território é constituído pela metade oriental da ilha de Timor, e encontra-se localizado no Sudeste Asiático, entre dois países, a saber: a noroeste da Austrália e rodeado pelo arquipélago Indonésio no extremo leste. O território tem uma área total aproximada de 15 mil km², com uma população de cerca de 1,167,242 habitantes (Censos 2015).

Timor-Leste é um país com vários tipos de ecossistemas tropicais e alta biodiversidade (marinha e terrestre). Pela condição geográfica, Timor-Leste está situado no centro da Região do Triângulo de Coral (RTC)¹; um património mundial aquático com uma extensa riqueza do fundo marinho, considerada a região com a maior biodiversidade marinha do mundo.

Conforme os resultados da pesquisa em Timor-Leste, a água em torno da ilha de *Ataúro* tem a maior a biodiversidade marinha (recifes de peixe e recifes de corais), que pode ser promovida como potencial para a investigação científica (I&D), pescas, e turismo marítimo. São setores económicos importantes, ligados ao mar que contribuem para o crescimento económico do país e bem-estar do povo timorense.

Como um país jovem, que restaurou a sua independência em 2002, Timor-Leste ainda está na fase de reconstrução. Tudo está quase por fazer, principalmente no domínio do Mar.

O país ratificou as convenções internacionais e demais agenda e compromisso internacional existente no domínio do mar, tendo vindo também a estabelecer acordos de cooperação entre o Estado e as agências internacionais. Visam esses acordos ajudar Timor-Leste a tomar decisões políticas, estratégias e ações com o objetivo de combater e/ou prevenir os recentes problemas globais enfrentado pelo país, sobretudo no que diz respeito às questões relacionadas com a pobreza, alterações climáticas, poluição e pesca ilegal, portanto, fatores impeditivos do desenvolvimento.

¹ The Coral Triangle is a marine area located in the western Pacific Ocean. It includes the waters of Indonesia, Malaysia, the Philippines, Papua New Guinea, Timor-Leste and Solomon Islands - <https://www.worldwildlife.org/places/coral-triangle> - consultado em 22 de setembro de 2019.

A este respeito, Timor-Leste ratificou já cinco convenções importantes, a saber: Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM); Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB); Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (CNUCD); Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC) e Convenção de Viena para a Proteção da Camada do Ozono (CVPCO)².

Relativamente ao compromisso e agenda internacional, adotou Timor-Leste os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (17 ODS) e a Agenda Internacional para 2030³. Este compromisso encontra-se plasmado no Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional para 2011-2030 (PEDN). De salientar que o Objetivo 14 (a proteção da vida marinha e oceanos) corresponde à presente tema da dissertação.

Entre os fatores suprarreferidos, o maior desafio ambiental enfrentado atualmente pela humanidade é o da poluição marinha de origem terrestre (a degradação e a morte de corais em grande escala encontra aí a sua causa), e pela ameaça das alterações climáticas, sobretudo a acidificação da água do mar em consequência do aumento do CO2 atmosférico.

Os impactos decorrentes das alterações climáticas resultantes do aquecimento global implicam a transformação dos setores fundamentais de atuação no âmbito do PEDN. Essas alterações manifestam-se de um modo global⁴, ou seja, podem ocorrer em qualquer país, quer se trate de países desenvolvidos, quer em países em vias de desenvolvimento (menos desenvolvidos), incluindo-se nesta última categoria Timor-Leste.

Os corais são um dos ecossistemas mais importantes do planeta e estão a perder as suas cores devido ao impacto das alterações climáticas. “O aquecimento de 0,5° C nas águas dos recifes de coral é o suficiente para provocar a sua morte”.

² CNUDM de 1982, através da Resolução do Parlamento Nacional (republicação) n.º 17/2012, de 27 de dezembro; CDB de 1992, através da Resolução do Parlamento Nacional n.º 9/2006, de 26 de abril; CNUCD de 1996, através da Resolução do Parlamento Nacional n.º 8/2006, de 26 de abril; CQNUAC de 1995, através da Resolução do Parlamento Nacional n.º 7/2006, de 26 de abril; CVPCO de 1989, através da Resolução do Parlamento Nacional n.º 30/2009, de 9 de setembro.

³ Resolução do Governo n.º 34/2015, de 23 de setembro.

⁴ *Ficha Técnica, Alterações Climáticas e Desenvolvimento*, pg. 21, está disponível em: https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2018/03/estudoAlteracoesClimaticas_coerencia.pdf - consultado em 14 de outubro de 2019.

Destaque-se que muitos setores económicos dependem da saúde e da estabilidade dos ecossistemas, bem como dos diversos produtos e serviços que estes disponibilizam⁵.

O homem é parte integrante da natureza, aliás, o bem-estar humano e o ambiente são temas inseparáveis. Assim, cabe a todos nós a cuidar e manter o ambiente sadio, e proteger e conservar a biodiversidade através das boas práticas em prol das gerações vindouras.

O objeto desta dissertação é procurar saber quais são as medidas e as políticas públicas, que Timor-Leste deve adotar para garantir a proteção e valorização do meio marinho e dos recursos naturais marinhos de forma sustentável. De igual modo, procura-se ainda perceber se as decisões tomadas através do seu plano e programa estratégico são eficazes para o bem-estar comum a longo prazo. Neste caso, sobretudo quanto ao plano de estabelecimento e gestão da área marinha protegida na ilha de *Ataúro*, investiga a presente tese as questões relativas ao que foi feito; quais as medidas em curso; e quais são os desafios, obstáculos e as intervenções a realizar no sentido da sua implementação, de modo a cumprir os compromissos assumidos por Timor-Leste.

Para além disso, procurar-se-á analisar os setores potenciais que podem ser beneficiados pela criação de uma área marinha protegida na ilha de *Ataúro*. Dentro da mesma lógica, pretende-se investigar em que medida poderão esses setores contribuir para o crescimento económico de forma sustentável, sem destruir o meio ambiente, particularmente nas áreas da pesca e do turismo marítimo.

Neste âmbito, foi desenvolvida uma investigação tendo por base um vasto processo de leitura e análise de outros trabalhos de investigação relacionados, dos dados pertinentes de instituições públicas e agências internacionais em Timor-Leste (relatório científico), bem como da bibliografia mais relevante.

⁵ Idem, pg. 30.

A dissertação também analisa a legislação portuguesa, designadamente o regime jurídico de áreas protegidas e de ordenamento e gestão do espaço marítimo nacional.

Assim, iniciar-se-á este estudo com uma breve explicação relativamente à importância e valor da conservação da biodiversidade para Timor-Leste, a fim de se caracterizar o objeto do presente tema.

2. A importância da conservação da biodiversidade marinha para Timor-Leste

2.1. Aspetos gerais

A biodiversidade (ou seja, a diversidade biológica) é o termo científico que designa a variedade de vida no mundo, num habitat ou ecossistema específicos. Nos termos do artigo 2º da CDB, significa *“a variabilidade entre os organismos vivos de todas as origens, compreendendo, inter alia, os dos ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos, assim como os complexos ecológicos dos quais fazem parte, compreendendo a diversidade dentro de cada espécie, entre as espécies e dos ecossistemas.”*

O conceito de conservação nos termos da CDB é descrito como *“a gestão da utilização da biosfera pelo ser humano, de modo que produza o maior e sustentado benefício para as gerações atuais, mas que mantenha o seu potencial para satisfazer as necessidades e as aspirações das gerações futuras. Consequentemente, a conservação é positiva e abrange a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e o melhoramento do ambiente natural”*⁶.

A biodiversidade e o ecossistema são elementos importantes dos recursos naturais, principalmente enquanto atributos de vida. Por esse motivo, requer-se, por parte do Estado, uma atitude preservacionista, que as áreas protegidas podem realizar na perfeição. Também a proteção de componentes específicos carece de uma atenção e metodologia especiais⁷

⁶ RIBEIRO, Marta Chantal da Cunha Machado, *A Proteção da Biodiversidade Marinha através de Áreas Protegidas nos Espaços Marítimos sob Soberania ou Jurisdição do Estado: Discussões e Soluções Jurídicas Contemporâneas: O Caso de Português*, pg. 111, Coimbra Editora, 2013.

⁷ Idem, pg. 80.

A economia de Timor-Leste tem vindo a depender, crescentemente, das receitas do setor petrolífero, que perfazem desde 2015 cerca de 90% do aumento de riqueza nacional. Timor-Leste “*é o segundo país do mundo mais dependente do petróleo e as suas reservas estão a acabar* (KIM MCGRATH, 2019). Uma vez que o petróleo constitui um recurso natural de tipo não renovável, consumido praticamente à mesma velocidade com que se forma, tenderá, por esse motivo, a esgotar-se rapidamente.

Existe portanto uma necessidade patente de esforço acrescido na economia não-petrolífera como política de diversificação económica. Neste sentido, as áreas de Turismo e Pescas são considerados como subsectores económicos fundamentais para o crescimento económico sustentável do país a partir do mar.

O povo timorense encontra-se dependente dos recursos naturais para sobreviver, quer marinhos quer terrestres. De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional para 2011-2030 (PEDN), as prioridades de desenvolvimento económico de Timor-Leste são os setores de agricultura, pescas e o turismo. Como se pode constatar, tratam-se de setores altamente dependentes dos recursos naturais e de um ambiente sadio.

As comunidades costeiras ou situadas à beira-mar dependem grandemente dos recursos pesqueiros para a sua subsistência. Porém, com o aumento da pressão humana, devido ao crescimento demográfico exponencial, é expectável que possam ocorrer problemas de desgaste dos recursos marinhos passíveis de afetar negativamente o ambiente, principalmente nas zonas costeiras. As medidas adequadas à proteção desses recursos naturais serão tanto mais eficazes quanto mais cedo forem adotadas.

A biodiversidade de Timor-Leste é considerada diversificada e única⁸, e apenas com a restauração da independência do país em 2002 foi a sua relevância

⁸ Revista E3-CPLP, Timor-Leste; Investimento para todos, Ágio Pereira.

- A diversidade e conservação dos recursos naturais, em terra e no mar, abrem perspectivas quase ilimitadas em termos de agricultura, pescas e manufaturas associadas, com amplas perspectivas para a exportação.

- Águas tropicais ricas em vida marinha, recifes de coral até à costa, praias de areia branca, montanhas espetaculares, cultura timorense única, história de enorme riqueza.

devidamente reconhecida. Não obstante, apesar da sua importância manifesta esta é, ainda assim, pouco conhecida e pouco estudada.

Realizaram-se alguns estudos a partir do século XIX, mas cujo âmbito individual e limitado resultou no seu arquivamento nos países de origem de quem os efetuou⁹. Assim sendo, a informação existente é limitada e os dados disponíveis estão desatualizados. O longo período do colonialismo: - 450 anos como colónia de Portugal; 24 anos de ocupação ilegal pela Indonésia¹⁰; seguidos de 2 anos da Administração Transitória das Nações Unidas (UNTAET), cujo mandato foi estabelecido através da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1272/1999, de 25 de outubro¹¹ - constitui também um fator adverso relativamente a esta questão.

Da pesquisa realizada no âmbito desta dissertação, verifica-se que o aumento da pressão humana, em resultado do crescimento da sua atividade, ditou a preocupação global do século XXI com o estado do oceano aberto, do mar profundo e das zonas costeiras crescentemente ameaçadas.

Segundo a revista científica (Orientação e Critérios Científicos dos Açores, 2009), “as mais críticas vêm da sobrepesca, atividades piscatórias ilegais, não registadas e não regulamentadas, bem como as práticas de pesca destrutivas, poluição pelos navios, transferência de espécies exóticas invasoras, descarga ilegal de resíduos, herança histórica da descarga de lixo no mar, extração de minerais no mar profundo e poluição sonora e outras. Entretanto, a conjugação dos impactos dessas ameaças, bem como os impactos climáticos potenciais e a acidificação do oceano colocaram

- “Timor-Leste is also part of the Coral Triangle that harbors 76 percent of the world’s coral species, six of the world’s seven marine turtle species, more than 3,000 species of reef fish, whale sharks, manta rays and a diversity of marine mammals such as 22 species of dolphin, a variety of whale species, and sustains about 120 million people” (NEGA 2010, IBA 2007), pg. 9 da Estratégia Nacional de Biodiversidade e Plano de Ação (ENBPA 2011-2020), está disponível em; http://www.tl.undp.org/content/timor_leste/en/home/library/environment_energy/the-national-biodiversity-strategy-and-action-plan-of-timor-lest.html - consultado em 3 de outubro de 2019.

⁹ A Rapid Marine Biological Assessment of Timor-Leste, (Bulletin of Biological Assessment CTI-USAID-MAP 2013), Pg. 37, está acessível em: <https://bioone.org/ebooks/RAP-Bulletin-of-Biological-Assessment/A-Rapid-Marine-Biological-Assessment-of-Timor-Leste/Chapter/Coral-Reef-Fishes-of-Timor-Leste/10.1896/054.066.0103> - consultado em 8 de junho de 2019

¹⁰ NAPA - National Adaptation Programme of Action to Climate Change – pg. 13 Relatório está disponível em; <https://unfccc.int/resource/docs/napa/tls01.pdf> - consultado em 24 janeiro de 2019.

¹¹ Idem, UNTAET – United Nations Transitional Administration in East Timor. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/312/77/PDF/N9931277.pdf?OpenElement> - consultado em 29 de outubro de 2018.

milhares de espécies em risco de extinção, e debilitaram a estrutura, função, produtividade e a capacidade de recuperação dos ecossistemas marinhos”¹².

Timor-Leste está consciente dos perigos constituídos por esta ameaça global contemporânea, que tem capacidade para afetar o processo de reconstrução do Estado, bem como o desenvolvimento económico.

Portanto, para responder a essas preocupações, entre os anos de 2008 e 2017, foram realizados vários estudos ou pesquisas científicas nas áreas costeiras e marinhas, incluindo a ilha de *Ataúro* e o ilhéu de *Jaco*, por organizações internacionais de conservação da natureza e pela organização da RTC, em conjunto com o governo timorense e as organizações não-governamentais locais em Timor-Leste.

No que diz respeito aos dados científicos, foram recolhidos em três relatórios sobre a pesquisa da biodiversidade e ecossistema em Timor-Leste, relatados pelas agências internacionais sobre a conservação da natureza e Governo timorense, designadamente: (i) *Marine Rapid Assessment of the Ataúro Island and Liquiçá District of Timor-Leste (CTC-MAF, 2017- unpublished)*; (ii) *A Rapid Marine Biological Assessment of Timor-Leste - RAP 66 Bulletin of Biological Assessment (CTI-MAF, 2013)*; (iii) *Interdisciplinary Baseline Ecosystem Assessment Surveys To Inform Ecosystem-Based Management Planning In Timor-Leste (Final Report NOAA-MAF 2012-2016)*.

Os dados apresentados indicam que a água em torno de Timor-Leste (costeira e marinha), inclusivamente a ilha de *Ataúro*, “tem a maior biodiversidade marinha do mundo”¹³, ou seja, a terceira maior de recifes de peixes na RTC, após da Papua e ilha de *Raja Ampat* (Indonésia) e Papua Nova Guiné (Asia Pacífica). Aplicando a metodologia de *Coral Fish Diversity Index (CFDI)*¹⁴, foram descobertos, entre outros: recifes de peixes, recifes de corais, mangais, algas/ervas marinhas, bem como

¹² Orientação e Critérios Científicos dos Açores, está disponível em: <https://www.cbd.int/marine/doc/azores-brochure-pt.pdf> - consultado em 18 de setembro de 2019

¹³ *A Rapid Marine Biological Assessment of Timor-Leste*, (Bulletin of Biological Assessment CTI-USAID-MAP 2013), Pg. 43, supra note 9.

¹⁴ *Idem*,

habitat para dugongos e tartarugas marinhas. Para além disso, também indicaram que a subaquática de Timor-Leste serve como um canal importante de migração para cetáceos (baleias e golfinhos)¹⁵.

Todos estes resultados dos estudos mostram que os ecossistemas e biodiversidade encontrados no país fornecem os habitats necessários para uma ampla variedade de espécies e serviços ecossistémicos que contribuem para as necessidades económicas, de segurança alimentar, e saúde do povo timorense. Porém, as circunstâncias históricas do país provocaram ameaças aos ecossistemas.

Entretanto, depois de terem sido recolhidos e analisados os respetivos dados, os biólogos recomendaram, a este respeito, no seu relatório, os pontos principais para o governo timorense tomar em consideração na sua política. É necessária uma estratégia integrada para combater as ameaças identificadas com apoio de base dos dados científicos existentes.

É por isso importante para Timor-Leste, enquanto Parte da CDB, assegurar que as medidas tomadas se adequem às metas globais no âmbito da CDB e demais compromissos internacionais assumidos.

2.2. Áreas protegidas no âmbito da CDB e UICN

De acordo com a definição da CDB, a área protegida (AP) *“é a área geograficamente definida que tenha sido designada ou regulamentada e gerida para alcançar objectivos específicos de conservação”*. Deste modo, para alcançar os objetivos da CBD, a convenção estabelece que, *“cada parte signatários deverá desenvolver estratégias, planos e programas nacionais e políticas setoriais ou intersectoriais e deverá também estabelecer um sistema de APs, onde tenha que ser tomar as medidas especiais para a conservação da biodiversidade”*¹⁶.

¹⁵ Está acessível em: <https://www.cdu.edu.au/sites/default/files/research/docs/project3.pdf> - consultado em 2 de outubro de 2019

¹⁶ Artigo 6º da CDB.

Áreas protegidas, amplamente reconhecidas como o instrumento privilegiado para a salvaguarda direta ou indireta dos distintos valores que se queiram exaltar¹⁷. Tal circunstância é ainda mais verdadeira pelo facto de oferecerem uma gama de bens e serviços ecológicos, que permitam preservar ao mesmo tempo o património natural e cultural (convenção do património mundial), contribuindo desse modo para a redução da pobreza¹⁸, e proporcionando também oportunidades de emprego e atividades alternativas geradoras de rendimento para as pessoas que vivem dentro e ao redor delas¹⁹.

Para além do que acima se referiu, as áreas protegidas também oferecem oportunidades para a pesquisa científica, permitindo assim descobrir e apresentar medidas para fazer face às alterações climáticas, desenvolver atividades de educação ambiental e ainda contribuir para fomentar o turismo e as atividades de recreio²⁰.

De acordo com a Iniciativa Gulbenkian Oceanos, as APs são estabelecidas para proteger e conservar ecossistemas, disponibilizando ao mesmo tempo um variado leque de benefícios à sociedade e ao setor económico²¹.

A UICN define as áreas protegidas como *“um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, através de meios legais ou outras igualmente eficientes, com o fim de obter a conservação ao longo do tempo da natureza com serviços associados ao ecossistemas e os valores culturais”*²². Essa definição foi elaborada pela UICN, a partir de 1960, e tem como objetivo melhorar a

¹⁷ RIBEIRO, Marta Chantal da Cunha Machado – 30 Anos da Assinaturas da CNUDM: Proteção do Ambiente e o Futuro Direito do Mar, pg 76, Coimbra Editora, 2014.

¹⁸ Lea M. Scherl, Alison Wilson, Robert Wild, Jill Blockhus, Phil Franks, Jeffrey A. McNeely e Thomas O. McShane - As Áreas Protegidas podem Contribuir para a Redução da Pobreza? Oportunidades e Limitações. P.3, (PDF) está disponível em; <https://portals.iucn.org/library/node/8893> - consultado em 24 janeiro de 2019.

¹⁹ Idem, pg.5, recomendação 5 do terceiro congresso de Parques de 1982, que consiste em “promover a conexão entre gestão de áreas protegidas e desenvolvimento sustentável” (McNeely & Miller 1984). As recomendações elaboradas no Congresso de Bali reconheceram especialmente que as populações das áreas protegidas e do seu entorno podem apoiar a gestão da área protegida “se sentirem que estão usufruindo apropriadamente dos benefícios provenientes da área protegida, sendo compensados apropriadamente por qualquer perda de direitos e levados em conta/consideração nos planeamentos e operações”.

²⁰ Idem, pg.12.

²¹ Iniciativa Gulbenkian Oceanos, (dar valor aos oceanos para o futuro), está disponível em: http://www.spea.pt/fotos/editor2/brochuraapoioereunioes_spea.pdf - consultado em 25 de janeiro de 2019.

²² IUCN-International Union for Conservation of Nature; Guidelines for applying protected areas management category; está disponível em; <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-026.pdf> - consultado em 25 de janeiro de 2019. O Espaço geográfico - pode ser terrestre, aquático e marinho. A definição da Diversidade Biológica (artigo 2º CDB) significa “a variabilidade de organismos (...) os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos (...)” vide o capítulo 2 da presente dissertação.

comunicação entre os diferentes atores das APs, assim como uniformizar as ações dos países na procura de uma melhor conservação de seu patrimônio natural.

A UICN²³ é uma organização dedicada à conservação da natureza. Foi criada em 5 de outubro de 1948, em Fontainebleau-França, com o nome de *International Union for the Protection of Nature* (IUPN), e em 1956, mudaria o seu nome para *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*, que é hoje, conhecido como *IUCN*, em sigla inglesa.

A missão principal da IUCN é “*influenciar, encorajar e promover iniciativas e caráter científico no plano mundial, com o fim de proteger a integridade e diversidade da natureza, bem como assegurar uma utilização equitativa e ecologicamente sustentável dos recursos naturais*”²⁴. Esta organização desempenha um papel fundamental, reconhecido internacionalmente, no âmbito da proteção do meio ambiente e da conservação dos recursos naturais através da criação de áreas protegidas.

Para concretizar esta missão, a UICN cria orientações (*guidelines*)²⁵, bem como as regras que servem como parecer técnico para apoiar e encorajar as regiões e os países a tomarem decisões adequadas e consistentes.

Há vários tipos e categorias de APs, criadas em diferentes países, com objetivos completamente diversificados e que são designadas pelos mais variados nomes (parque nacional, reserva natural, reserva nacional, etc.). A partir daí, a IUCN desenvolveu um sistema de classificação baseado nos objetivos de gestão de cada APs. A UICN classificou as APs em 6 categorias²⁶:

- 1) *Reserva natural estrita e área silvestre (vida de selvagem)*
- 2) *Parque nacional*
- 3) *Monumento natural*
- 4) *Área de gestão de espécies e habitat*
- 5) *Paisagens protegidas terrestres e marinhas*
- 6) *Área protegida de utilização sustentável dos recursos naturais*

²³ Idem,

²⁴ RIBEIRO, Marta Chantal da Cunha Machado, pg. 232, supra note 6.

²⁵ Está acessível em: <https://www.iucn.org/theme/protected-areas/resources/best-practice-guidelines> -consultado em 22 de novembro de 2018.

²⁶ Idem,

Estas classificações ou categorias devem basear-se em objetivos principais de gestão, devendo ainda aplicar-se a pelo menos $\frac{3}{4}$ (três quarto) da área protegida, conhecida como “regra dos 75%”. Para além de classificar as categorias de APs, a UICN também define os tipos de governança de APs²⁷:

- 1) *Tipo de governança por governo: Órgão do governo; ministérios ou agência nacional responsável do governo;*
- 2) *Tipo de governança compartilhada: Gestão colaborativo ou gestão conjunta (conselho de administração e gestão transfronteiriça (em vários níveis; o governo e as agencias internacionais e nacionais);*
- 3) *Tipo de governança privada: Organização não-governamental sem e com fins lucrativos, indivíduos ou coletivas;*
- 4) *Tipo de governança por povos indígenas e/ou comunitária: São áreas conservadas e declaradas por comunidades locais.*

A Governança, tal como enunciada, está efetivamente relacionada com quem tem poder para tomar as decisões, ou seja, com o exercício do poder. Dito de outro modo, as APs estão intimamente relacionadas com a forma como os grupos de utilizadores e *stakeholders* são identificados e trazidos para os processos de planeamento de decisão e de gestão.

Há dois sentidos amplos relativos à governança das APs: (a) boa governança - lidando com a qualidade da governança; (b) tipos de governança - lidando com quem exerce o poder e como o exercer²⁸.

No que diz respeito à regra dos 75% da área protegida, segundo a recomendação da IUCN, significa que os 25% restantes de terra ou água dentro de uma área protegida podem ser gerido para outros fins essenciais, desde que esse uso seja conciliável com a definição de uma área protegida e a categoria de gestão à qual está sendo atribuída²⁹.

É importante salientar que a classificação de AP confere-lhe um estatuto legal de protecção adequado em função dos bens e valores que visa proteger. Aliás, importa

²⁷ IUCN, supra note 22

²⁸ IUCN- Governance; está disponível em: <https://www.iucn.org/theme/environmental-law/our-work/protected-areas-pa/pa-law-capacity-development/module-2-governance> - consultado em 8 de novembro de 2018.

²⁹ IUCN - *Guidelines for applying the protected area management categories*, pg.35, está acessível em: https://cmsdata.iucn.org/downloads/guidelines_for_applying_protected_area_management_categories.pdf - consultado em 26 de novembro de 2018.

assegurar que “à atribuição de um estatuto de proteção ambiental corresponda um modelo de gestão das áreas que efectivamente garanta a proteção pretendida e promova o desenvolvimento local sustentável”³⁰.

De salientar que as classificações de APs nem sempre coincidiram com as classificações atribuídas pela UICN. Tais classificações são atribuídas em função dos recursos naturais que possam existir em cada país signatário. A UICN definiu as categorias meramente como um padrão a partir do qual os países signatários podem efetuar as suas adaptações.

2.3. Área marinha protegida (AMP)

Da pesquisa realizada, conclui-se que não existe uma definição precisa sobre o que é a área marinha protegida, quer na CNUDM, quer na CDB. Todavia, pode-se aferir que a abordagem da AMPs no contexto atual, UICN, é influenciada e desenvolvida pela abordagem de AMP no contexto da CNUDM³¹, especificamente definida na Parte XII da Convenção, a qual, no Artigo 192º prevê que “os Estados têm a obrigação a proteger e conservar o meio marinho”, e conjugado com n.º 6 do Artigo 211º da mesma Convenção.

A CNUDM é complementada por regimes especiais aplicáveis à navegação marítima, especialmente em áreas mais sensíveis à navegação marítima internacional. Esses regimes são as convenções internacionais da organização marítima internacional sobre a poluição marinha.

Desde então, a abordagem de AMP é considerada como uma “*ferramenta para proteger a biodiversidade marinha, espécies e habitats em risco e processo ecológico, quer nas costeiras, quer nas oceânicas*”³². Isto é, a criação de AMP costeiras ou *inshore* faz-se nas águas interiores e mar territorial, enquanto que as AMP oceânicas ou *offshore* ocorrem na zona económica exclusiva e plataforma continental³³.

³⁰ Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade de Portugal - 2001, pg. 28, está disponível em; <http://www.progeo.pt/pdfs/encnbcm.pdf> - consultado em 1 de março de 2019.

³¹ RIBEIRO, Marta Chantal da Cunha Machado, pg. 487, supra note 6.

³² RIBEIRO, Marta Chantal da Cunha Machado pg. 180, supra note 17.

³³ Pg. 173, supra note 6

Para além disso, as AMPs podem igualmente satisfazer outros interesses humanos (recreativos, científicos, culturais, educativos, estéticos e espirituais), que resultam do desenvolvimento das atividades económicas correlativas³⁴. A este respeito, a IUCN classificou as APs no domínio marinho (AMPs) como as seguintes³⁵:

1. *parque natural marinho*
2. *reserva natural marinha*
3. *reserva marinha*
4. *parque marinho*
5. *área protegida para a gestão de habitats ou espécies*
6. *área protegida de gestão de recursos*

De facto que, as alterações climáticas como consequência do aquecimento global e a manutenção de serviços ambientais indispensáveis para a vida exigem cada vez mais sistemas de AMPs bem implantados, geridos e conectados. A conservação dos recursos biológicos marinhos através de AMPs deve, por esse motivo, filiar-se no setor da proteção do ambiente marinho.

É hoje em dia indisputável, na avaliação idónea da comunidade científica, que as AMPs constituem o método direto mais adequado e eficaz de atingir dos objetivos propostos, tendo dado já inúmeras provas nesses sentido. Com efeito, as AMPs protegem “*todos os elementos da natureza viva, bem como os processos e lugares de que eles dependem*”³⁶. Os benefícios para o ambiente e o setor económico, decorrentes do estabelecimento e gestão de áreas marinhas protegidas, quando bem geridas, têm sido efetivamente confirmados por alguns países desenvolvidos³⁷.

Consequentemente, tais solução devem ser não apenas declaradas e regulamentadas em papel, mas geridas na prática de forma sustentada, para os fins económico e de bem-estar do povo timorense, inclusivamente para a população da ilha de *Ataúro*.

3. Enquadramentos legais aplicáveis

³⁴ Idem, pg. 421

³⁵ Idem, pg. 207

³⁶ Idem, pg. 104

³⁷ Report from the Commission to the European Parliament and the Council on the Progress In Establishing Marine Protected Areas (as Required by Article 21 of the Marine Strategy Framework Directive 2008/56/EC)

3.1 Legislação Internacional

Para um país novo como Timor-Leste, a necessidade de criação de APs é, de facto, muito importante, para que fiquem salvaguardados valores que é necessário preservar e conservar. No entanto, para transformar a ilha de *Ataúro* em AMP, é necessário primeiro conhecer as fontes de direitos, na sua qualidade de instrumento jurídico de base fundamental para qualquer ato tomado e implementado por um Estado.

Aliás, qualquer política ou estratégia estabelecida pelo governo deve respeitar os instrumentos jurídicos existentes (direito nacional e internacional), os compromissos internacionais adotados, bem como o direito consuetudinário, caso aplicável. O direito nacional aqui diz respeito à Constituição, legislações e regulamentos específicos aplicáveis. É preciso ainda considerar o direito internacional composto de convenções e tratados internacionais. Os compromissos internacionais e as diretrizes (*guidelines*) em causa são a Agenda Internacional para 2030 e os 17 ODS, e respetivos protocolos adotados por Timor-Leste.

A CDB preconiza a existência de estratégias internacionais que enquadrem a adoção de medidas destinadas a promover a conservação da natureza e utilização sustentável da biodiversidade³⁸. Esta Convenção reconhece a importância da diversidade biológica para a evolução e manutenção dos sistemas de suporte de vida do nosso planeta e do combate na origem das causas de redução ou perda da biodiversidade.

Logo no primeiro artigo da CDB, estabelecem-se expressamente três objetivos: “*a conservação da diversidade biológica; a utilização sustentável de todos os seus componentes; e a partilha justa e equitativa dos benefícios que advém da utilização dos recursos genéticos*”³⁹. Esta Convenção é o primeiro acordo que engloba todos os aspetos da diversidade biológica, ou seja, os três elementos da biodiversidade; “*genomas e genes; espécies e comunidades; habitats e ecossistemas*”⁴⁰. Mais do que isto, é também sobre as pessoas, a necessidade de

³⁸ ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), está disponível em; <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ei/cbd> - consultado em 24 de janeiro de 2019.

³⁹ Artigo 1º da CDB, 1982

⁴⁰ ICNF, supra note 38

segurança alimentar, medicamentos, ar e água, abrigo e um ambiente limpo e saudável⁴¹.

O terceiro artigo da mesma prevê que *“cada parte contraente tem o direito soberano de explorar os seus próprios recursos na aplicação da sua própria política ambiental e a responsabilidade de assegurar que as atividades sob a sua jurisdição ou controlo não prejudiquem o ambiente de outros Estados ou de áreas situadas fora dos limites da sua jurisdição”*. Neste sentido, os Estados devem assegurar todo e qualquer uso dos recursos naturais seja equitativo e ecologicamente sustentável⁴².

Para este efeito, os Estados devem implementar as estratégias políticas e os instrumentos jurídicos internos de acordo com os recursos naturais existentes nos seus países de forma sustentada e sustentável.

Como Estado-parte da CDB, Timor-Leste participou em várias reuniões organizadas pelo Secretariado da CDB, e outras organizações internacionais para construir a sua capacidade e conhecimento sobre desenvolvimentos globais e regionais. Timor-Leste também tem acesso a vários fundos, como o *Global Environment Facility (GEF)* e outros recursos para o financiamento do plano de combate às alterações climáticas.

Relativamente à “área protegida”, o Artigo 8º da CDB (conservação *in situ*), especificamente prevê nas alíneas (a), e (e); *“requer sistemas de áreas protegidas e várias medidas para conservação e utilização sustentável da diversidade biológica”*.

Saliente-se ainda que as alíneas (i) e (j) do mesmo artigo determinam: *“as Partes procuram proporcionar as condições necessárias para compatibilizar as utilizações atuais com a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável de seus componentes. E também exige que as partes devem, em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas*

⁴¹ Está disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-016.pdf> - pg.17, consultado em 22 novembro 2018.

⁴² UICN, está acessível em <https://www.iucn.org/about> - consultado em 5 de novembro de 2018.

com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e praticas e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento”.

Neste âmbito, Timor-Leste já aprovou alguns regimes jurídicos sobre sistemas das áreas protegidas e demais regimes jurídicos sobre ordenamento e planeamento do território, e também a lei de bases do ambiente. (Esta matéria é objeto de tratamento no seguinte subcapítulo 3.2.).

Portanto, todos os Estados-parte devem garantir que as medidas tomadas estão de acordo com o direito nacional, direito consuetudinário existentes, e as normas de direito internacional aplicáveis. Para além destes, é também importante o envolvimento ou colaboração das partes relevantes, nomeadamente: As instituições públicas, organização internacional e nacional, organização não-governamental e comunidades locais.

Neste contexto, e para um país novo como Timor-Leste, impõe-se como necessária a prossecução de uma política e estratégia integradas e o dever de trabalhar em conjunto com as organizações internacionais sobre a conservação da natureza e o ambiente, a fim de garantir que as medidas adotadas para a aplicação das disposições da referida convenção CDB tenham a eficácia no cumprimento dos objectivos.

A referida afirmação está de acordo com o Artigo 5º (cooperação) da CDB: *“Cada parte contratante deverá, na medida do possível e de acordo com o apropriado, cooperar directamente com outras partes contratantes ou, quando apropriado, através das organizações internacionais competentes, relativamente a áreas fora da sua jurisdição e em outras questões de interesse mútuo para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica.* (Esta matéria é objeto de tratamento no capítulo 5).

3.2. Legislação nacional

Com base nas convenções supracitadas e na Constituição da República Democrática de Timor-Leste (Constituição/CRDTL), sobretudo no que diz respeito ao

ambiente e aos recursos naturais, Timor-Leste aprova regimes jurídicos especiais relativamente:

- À proteção e preservação do meio marinho: Decreto-Lei n.º 26/2012, de 26 de junho, sobre Lei de Bases do Ambiente; e Resolução do Governo n.º 15/2016, de 13 de maio, sobre Estratégia Nacional para a Gestão do Lixo Marinho.
- À conservação da biodiversidade: Decreto-Lei n.º 14/2017, de 29 de abril, sobre Procedimento para Apresentação para a Classificação de ÁPs; Decreto-Lei n.º 5/2016, de 16 de março, sobre Sistema Nacional de APs (SNAPs); Resolução do Governo n.º 8/2007, de 1 de agosto, que Cria o PNNKS; Resolução do Governo n.º 38/2015, de 21 de outubro, que Cria o PNKXG; Diploma Ministerial n.º 5/GM/I/2015, de 25 de fevereiro, sobre Reserva Natural Aquática na Área Costeira do Suco de Batugadé, Sub-Distrito de Balibó, Distrito de Bobonaro; e Diploma Ministerial n.º 6/GM/I/2015, de 25 de fevereiro, sobre Reserva Natural Aquática na Área Costeira do Suco de Vila, Sub-Distrito *Ataúro*, Distrito Dili.
- À pesca: Decreto-Lei n.º 6/2004, de 21 de abril, sobre Bases Gerais do Regime Jurídico da Gestão e Ordenamento da Pesca e Aquicultura; Decreto-Lei n.º 12/2004, sobre Infracções Conexas de Pesca; Diploma Ministerial n.º 6/GM/I/2015, de 25 de fevereiro, sobre Reserva Natural Aquática na Área Costeira do Suco de Vila, Sub-Distrito *Ataúro*, Distrito Dili; e Diploma Ministerial Conjunto n.º /18/MAP/MCIA/II/2017, de 12 de abril, sobre Lista das Espécies Aquáticas Protegidas (esta matéria é objeto de tratamento no subcapítulo relativo às pescas).

Antes de ratificar os instrumentos internacionais no domínio do mar, que foram citados anteriormente, a questão ambiental estava já prevista na Constituição, ratificada aquando da independência de Timor-Leste, em 2002. Os timorenses têm uma relação muito forte com o meio ambiente, uma vez que dependem dele para a sua alimentação; a obtenção de materiais de construção, medicamentos tradicionais, e tudo o mais de que necessitam para as suas vidas. Todavia, a perda de biodiversidade e a extinção de espécies induzida pelo homem nos ecossistemas atingiu um nível extremo em toda a parte. Com a subida do nível do mar e o risco de fenómenos meteorológicos adversos, o problema global atualmente enfrentado pelo planeta é o

das alterações climáticas, que contribui para o risco de mudanças irreversíveis que constituem outros desafios ambientais sérios e que também afetam Timor-Leste.

Uma vez que se trata de um problema global, este constitui também, obviamente, uma das preocupações do Estado de Timor-Leste e do seu desenvolvimento económico e social, principalmente na dinâmica do processo de reconstrução do Estado. Em resposta a esta preocupação, Timor-Leste prevê dois artigos (61º e 139º) na sua Constituição sobre esta questão. Assim, o Artigo 61º da CRDTL estipula:

1. *Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o proteger e melhorar em prol das gerações vindouras;*
2. *O Estado reconhece a necessidade de preservar e valorizar os recursos naturais; e*
3. *O Estado deve promover acções de defesa do meio ambiente e salvaguardar o desenvolvimento sustentável da economia.*

Para este efeito, foi aprovada a Lei de Bases do Ambiente, já mencionada, que estabelece o quadro legal para proteger e conservar o ambiente e demais legislação para garantir aprovação, monitorização e auditoria ambientais.

O número 3 do Artigo 139º da CRDTL prevê ainda que “*o aproveitamento dos recursos naturais deve manter o equilíbrio ecológico e evitar a destruição de ecossistemas*”.

No que concerne aos recursos naturais, foi aprovada a Lei n.º 7/2002, de 20 de setembro, sobre Fronteiras Marítimas do Território da República Democrática de Timor-Leste, que especificamente no Artigo 10º (soberania, direitos soberanos e jurisdição), refere que “*o Estado de Timor-Leste exerce os seus direitos soberanos sobre a plataforma continental para efeitos de exploração e aproveitamento os seus recursos naturais, assim como os outros direitos e deveres reconhecidos pelo direito Internacional*”. A jurisdição no que se refere: para a colocação e utilização das ilhas artificiais, instalações e estruturas; para os efeitos de investigação científica marinha; e para a proteção e preservação do meio marinho (o n.º 3 do mesmo artigo).

No Artigo 6º da CBD, prevê-se que, *“cada Parte da CDB deverá desenvolver estratégias, planos ou programas para conservação e uso sustentável de diversidade biológica ou adaptar estratégias existentes a questão, planos ou programas dos quais irão refletir inter alia, nas medidas estabelecidas pela presente convenção e relevantes aos interesses das partes contraentes; integrar a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica nos planos, programas e políticas setoriais ou intersetoriais”*. (Esta matéria é objeto de tratamento no capítulo 4).

Portanto, este artigo é a base legal para que cada Estado-parte, como Timor-Leste, concretize os objectivos nacionais e internacionais assumidos. Incumbe portanto a cada Estado-parte garantir que as leis e normas ambientais são cumpridas, e principalmente que as medidas tomadas tendo por base os resultados da pesquisa e avaliação dos serviços sobre ecossistemas (avaliação ecológica, biológica e socioeconómica) sejam implementadas, nomeadamente no que respeita aos objetivos da conservação da biodiversidade e da utilização sustentável dos recursos biológicos (marinha e terrestre).

No que concerne à legislação nacional sobre a conservação da biodiversidade, Timor-Leste adota a categoria e tipo das APs definido por UICN na sua legislação nacional. De acordo com Artigo 12º do Decreto-Lei. n.º 5/2016, as categorias estabelecidas são as seguintes:

- 1) *Parque nacional*
- 2) *Santuário de vida selvagem*
- 3) *Monumento natural*
- 4) *Paisagem protegida*
- 5) *Reserva natural*

Neste diploma⁴³, é criado o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP), que integra um conjunto de áreas protegidas terrestres e marinhas, incluindo áreas de domínio público, privado ou comunitário, de âmbito nacional, regional, municipal, local ou transfronteiriço. De acordo com o exposto, o SNAP é a entidade governamental cuja responsabilidade pelas áreas protegidas impõe a preparação do plano nacional, de forma integrada com as restantes políticas e estratégias governamentais e planos de ordenamento de território em vigor e em coordenação

⁴³ Artigo 8º do Decreto-Lei n.º 5/2016, de 21 de abril.

com as entidades governamentais responsáveis pelas áreas do ambiente, ordenamento do território, turismo, património cultural, finanças e registo cadastral.

De notar ainda que este diploma também prevê o instrumento e as regras acerca de como elaborar o plano de gestão. Pelo exposto, reveste-se este diploma de um carácter fundamental para posterior elaboração do plano de gestão das APs, no caso, para a ilha de *Ataúro*, que é necessário transformar em AMP, no contexto geográfico específico de Timor-Leste.

Num total de 30 APs declaradas, existem ainda apenas duas que foram oficialmente inauguradas através da Resolução do Governo, nomeadamente o Parque Nacional Nino Konis Santana (PNNKS)⁴⁴ e o Parque Nacional Kay Rala Xanana Gusmão (PNKRXG). Portanto, o PNNKS é o primeiro Parque Natural criado em Timor-Leste com a categoria V⁴⁵, tendo sido oficialmente inaugurado a 1 de Agosto de 2008 e foi aprovado pelo Governo através da Resolução do Governo n.º 8/2007, de 1 de agosto.

O PNNKS abrange uma área total de 1.236 km² e inclui um vasto leque de paisagens terrestres e marinhas contendo, além de extensos recifes de coral, a maior área sobrevivente de terras alagadas tropicais e de floresta tropical de monção da ilha de Timor. As áreas terrestres e marinhas incluem uma grande variedade de habitats, destacando-se pela biodiversidade da sua fauna e flora. No seu interior estão localizadas três importantes áreas de habitat e conservação de população de aves - Área de *Loré*, Área do Monte *Paitchau* e Lago *Iralalara* e Área da ilhéu de *Jaco*⁴⁶.

Enquanto o PNRXG se assume “*como instrumento essencial da valorização da resistência e da sua estrutura tripartida, na medida em que permite preservar um local simbólico fundamental para a memória colectiva da construção do Estado*

⁴⁴ Resolução do Governo n.º 8/2007, de 1 de agosto.

⁴⁵ *A Rapid Marine Biological Assessment of Timor-Leste* (Bulletin of Biological Assessment CTI-USAID-MAP 2013), pg. 11. June, 2013, supra note 9.

Category V: protected landscape and seascape: A protected area where the interaction of people and nature over time has produced an area of distinct character with significant ecological, biological, cultural and scenic value; and where safeguarding the integrity of this interaction is vital to protecting and sustaining the area and its associated nature conservation and other values – Guidelines of IUCN, 2008

⁴⁶ O texto está disponível em: <http://eportuguese.blogspot.com/2013/05/parques-do-mundo-parque-nacional-nino.html> - consultado em 25 de janeiro de 2019

Timorense e dos sacrifícios dos mártires da pátria”, situada na zona protegida da monte *Cablaque*, município de *Ainaro*, posto administrativo *Hatu-Udo*, foi criado através da Resolução do Governo n.º 38/2015, de 21 de outubro.

É sabido que “a gestão das áreas protegidas deve centrar-se na prossecução dos objectivos essenciais que determinaram a sua criação, promovendo o conhecimento, a monitorização, a conservação e a divulgação dos valores ambientais ali existentes, bem como a preservação e valorização do património cultural e das atividades tradicionais, numa perspectiva de promoção do desenvolvimento local sustentável”⁴⁷.

Neste caso, o PNKRXG, parece decorrer que estas estruturas não beneficiam de estatuto de “proteção especial”, sendo atualmente, aplicáveis apenas as restrições de agricultura (golpeada e queimada), associada a décadas de corte insustentável de árvores, bem como florestas incendiadas nessa zona. Deste modo, está apenas assim assegurada a proteção dos valores históricos e valores ambientais em parença, não tendo sido ainda promovida a localização das atividades necessárias para assegurar o desenvolvimento económico e social das populações nessa área.

3.3. Costume/direito consuetudinário (*Tara Bandu*)

Timor-Leste também reconhece o costume ou a prática tradicional “*Tara Bandu*”⁴⁸. Considera-se o costume como um sistema de proteção comunitária que contribui para a conservação de recursos naturais visando garantir a segurança alimentar e a utilização de recursos de forma igual para todos.

O costume foi reconhecido legalmente, através da Lei de Bases do Ambiente, Decreto-Lei. n.º 26/2012, 4 de julho, 1). “*O Estado reconhece, a importância de todos os tipos de Tara Bandu enquanto costume integrante da cultura de Timor-Leste*

⁴⁷ Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade de Portugal - 2001, pg. 28, Supra note 29

⁴⁸ “Tara” significa afixar, e “Bandu” significa Proibição, é uma manifestação dos antepassados timorenses, que antes diziam “Horok” que é sinónimo do “Bandu”, Proibição. Gabriel de Sá - *Política Energética e Climática de Timor-Leste: Análise de Vozes de Diferentes Atores* (2018), Trabalho científico da Universidade Aveiro. Está disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329424743_O_TARA_BANDU_DE_TIMOR-LESTE_COMO ESTRATEGIA DE MITIGACAO AS ALTERACOES CLIMATICAS - UM ESTUDO EXPLORATORIO - consultado em 18 de outubro de 2019
- Tara Bandu é um acordo dentro de uma comunidade para proteger uma área especial ou recurso por um período de tempo. Durante o tempo determinado é proibido cortar as árvores, ou colheita de certas produção agrícolas. Caso houver violação ou incumprimento, o Tara Bandu prescreve multas por violações.

e como mecanismo tradicional regulador da relação entre o homem e o ambiente em seu redor; 2). Podem ser levadas a cabo ações de Tara Bandu, de acordo com os rituais instituídos pelo direito consuetudinário local que tenham em vista a conservação e promoção do ambiente e a preservação e uso sustentável dos recursos naturais, desde que tais ações sejam compatíveis com os objectivos e princípios estabelecidos na presente lei” (artigo 8º).

Nos termos do Artigo 1º da mesma lei, a definição de *Tara Bandu* é “*um costume integrante da cultura de Timor-Leste que regula a relação entre o homem e o ambiente em seu redor*”. A validade prática deste tipo de costume ou direito consuetudinário local já foi desenvolvido a nível académica por alguns autores nacionais e estrangeiros⁴⁹.

Segundo Gabriel António de Sá, o *Tara Bandu* é “*um costume timorense tradicional que pode promover a paz através do acordo comunitário, define normas e praticas sociais integrando leis locais, normas morais, símbolos e rituais específicos para garantir a proteção do meio ambiente e da biodiversidade*”⁵⁰.

Com base na Lei de Base do Ambiente, a Estratégia Nacional da Biodiversidade e Plano de Ação (ENBPA) adota e aplica este costume na prática da conservação da natureza, principalmente nas áreas identificadas através do PEDN para proteção. Portanto, a aplicação deste costume constitui uma abordagem precaução, tendo em vista assegurar a adequada gestão e exploração de todos os recursos naturais marinhos e terrestres.

Para este efeito, e em resposta ao declínio das capturas de peixes nas áreas identificadas, o Governo timorense, em conjunto com as suas parceria⁵¹, socializaram os regulamentos aplicáveis como diretrizes (*guidelines*), a que corresponde a abordagem de *Tara Bandu* nas comunidades afetadas. As diretrizes foram feitas com

⁴⁹ *Tara Bandu also includes temporary prohibitions on resource extraction such as cutting of trees, including mangroves, and the designation of specific areas as sacred like Jaco Island and its surrounding reef, which are considered sacred by the local community. Tara Bandu prescribes fines for violations and also provides for mediation of land disputes” (SOL, 2009), pg. 13 da ENBPA 2020, supra note 8.*

⁵⁰ Gabriel de Sá, *Tara Bandu de Timor-Leste como Estratégia de Mitigação às Alterações Climáticas, um estudo explorativo*, tese de doutoramento, pg. 4, Universidade de Aveiro, 2018. supra note 47.

⁵¹ *Australian Conservation Foundation e ONG Local Roman Luan*

base na consulta pública, tendo contado com a participação das autoridades locais (chefe de aldeias e chefe de sucos), organizações não-governamentais locais, cooperativas de pescadores e operadores de excursões de mergulho, bem como com os representantes dessas comunidades afetadas.

De acordo com o Plano de Ação da Biodiversidade, ENBPA, foram identificadas 5 prioridades para serem implementadas a curto prazo, constituindo uma delas o desenvolvimento de capacidades sobre a conservação da biodiversidade, nomeadamente, o desenvolvimento de capacidade individual, desenvolvimento de capacidade institucional e desenvolvimento de capacidade sistémica (inclui: as políticas, regulamentos, e incentivos económicos para apoiar as atividades de desenvolvimento de capacidade individual e institucional)⁵².

As 30 áreas protegidas declaradas que aplicam o sistema de *Tara Bandu* encontram-se atualmente em pre-gestão de área marinha protegida, incluindo os dois Parques Nacionais inaugurados pelo Governo timorense. O objetivo da aplicação deste sistema é a proibição de cortar as mangueais ou construir casas e atividades semelhantes nas referidas áreas, sem prévia autorização ou permissão por parte das autoridades competentes.

Em resposta a esta situação, desenvolver-se-á, no capítulo seguinte, uma exposição das medidas tomadas por Timor-Leste com vista a cumprir os compromissos internacionais assumidos, com as considerações de prática tradicional (costume) aplicável.

4. Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional, 2011-2030

De modo a cumprir os compromissos nacionais e internacionais assumidos⁵³, Timor-Leste aprovou o PEDN para 2011-2030. Trata-se de um documento nacional

⁵² CBD & Aichi Targets 18: by 2020, *the traditional knowledge, innovations and practices of indigenous and local communities, relevant for the conservation and sustainable use of biodiversity, and their customary use of biological resources, are respected, subject to national legislation and relevant international obligations, and fully integrated and reflected in the implementation of the Convention with the full and effective participation of indigenous and local communities, at all relevant levels.* Pg. 123 da ENBPA 2020, supra note 8.

⁵³ PEDN 2011-2030 - *os primeiros passos serão no sentido de garantir que as leis e normas ambientais são cumpridas, assim como de preparar a legislação abrangente sobre protecção e conservação ambientais, para cumprir as nossas obrigações constitucionais e internacionais.*, pg. 65. está disponível em; http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento_PT1.pdf - consultado em 24 de janeiro de 2019.

que serve como guia para atingir um processo de desenvolvimento sustentável em termos económico, sociais e políticos. Foi elaborado com base nas consultas públicas diretas com toda a população nacional timorense, mesmo em zonas remotas, incluindo autoridades locais e instituições académicas existentes em Timor-Leste.

É um Plano que descreve o roteiro e a abordagem de Timor-Leste, refletindo não apenas a sua história, cultura e património únicos, mas que se encontra também alinhado com os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM, 2011-2015). Em 2015, o Governo timorense aprovaria também a nova Agenda Internacional para 2030 e 17 ODS, através da Resolução do Governo n.º 34/2015, de 23 de setembro, para harmonizar o PEDN no âmbito da ODM com a nova Agenda.

O PEDN identifica três áreas fundamentais para a concretização do ODS, nomeadamente; “capital social, desenvolvimento de infraestruturas e desenvolvimento económico”. Para a sua concretização, o PEDN divide as principais áreas de foco em cada fase; o primeiro pacote deve ser implementado “a curto prazo (um a cinco anos), a médio prazo (cinco a dez anos) e a longo prazo (dez a vinte anos)”.

No que concerne as áreas protegidas (Artigo 8º da CDB), o PEDN identifica certas áreas que serão protegidas em zonas de conservação e que carecem de estudos e avaliações ecológica, biológica e socioeconómica detalhados, tendo em vista a preparação de um plano de gestão integrada abrangendo todas as atividades económicas no mar e costeiras, e que inclui o estabelecimento e gestão de área marinha protegida.

A ilha de *Ataúro* constitui, *ad initium*, uma das áreas identificadas no PEDN para proteção. Entretanto, pretende o Plano estabelecer uma orientação que possibilite um desenvolvimento inclusivo, sustentável e a longo prazo em Timor-Leste, no horizonte temporal até 2030. É importante esclarecer que o PEDN não consubstancia, materialmente, um plano, mas sim um processo de afetação, o qual fornece, na

prática, um quadro para a identificação e avaliação de prioridades, servindo também como um guia para a implementação de estratégias e ações recomendadas.

A aprovação da ENBPA não é mais que uma medida para alcançar os objetivos ou metas que foram estabelecidas no PEDN, sobretudo no que respeito às metas da CDB (a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável de recursos naturais biológicos). Este Plano serve também “*como quadro orientador para as abordagens à conservação da biodiversidade e à gestão de ecossistemas (marinhos e terrestres), dirigido às autoridades municipais, à sociedade civil e ao setor privado para atingir os objectivos de desenvolvimento do país durante duas décadas*”⁵⁴.

Tanto o ENBPA como o PEDN foram elaborados com base no relatório do projeto realizado em Timor-Leste, NEGA - *National Ecological Gap Assessment Report of 2011*, no âmbito de Programas e Plano de ação Internacional e Regional relativo ao tema da biodiversidade, nomeadamente: a *Coral Triangle Initiative (CTI) on Reefs and Fisheries, the Arafura and Timor Sea (ATSEA)*, a *Programme of Works on Protected Areas (PoWPA)*, e a *Partnerships in Environmental Management for the Seas of East Asia (PEMSEA)*⁵⁵.

O objetivo geral do Programa PoWPA para Timor-Leste é analisar as áreas protegidas identificadas no Regulamento de UNTAET n.º 19 (revogado) e identificar outras áreas importantes a necessitar de conservação e proteção. Foram entretanto declaradas 30 áreas protegidas em Timor-Leste, incluindo os Parques Nacional, PNNKS, PNKRXG, área marinha protegida em Liquiçá e ilha de Ataúro.

A Estratégia ENBPA está intimamente ligada ao PEDN 2011-2030, e é também coerente com outras políticas setoriais, tais como o Plano de Acção Nacional para as Alterações Climáticas, o Plano Nacional de Combate à Degradação dos Solos e os Planos Setoriais para a Pesca, a Florestal, entre outros.

⁵⁴ Comunicado de imprensa, Secretariado do Conselho de Ministros, está disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=6488&print=1&lang=pt> - consultado em 19 de setembro de 2019, o documento foi feito em língua inglesa - *The National Biodiversity Strategy and Action Plan of Timor-Leste (2011-2020)*, o texto está disponível em; supra note 7.

⁵⁵ ENBPA 2020, pg. 12, supra note 8, ver também o relatório de NAPA pg.15, supra note 10.

Para alcançar os objetivos globais, Timor-Leste deve estabelecer os mecanismos adequados que permitam levar a cabo ações de implementação dos mesmos; “tomar ações urgentes para combater as alterações climáticas e respetivos impactos, conservar e usar de forma sustentável, os oceanos, mares e recursos marinhos para um desenvolvimento sustentável e assegurar vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos em todas as idades”⁵⁶.

Neste contexto, com base no n.º 3 do Artigo 18º da CDB, foram adotados dois mecanismos de coordenação na ENBPA 2020, nomeadamente; *Communication, Education and Public Awareness – CEPA* e o *Clearing-House Mechanism – CHM*⁵⁷. Estes dois mecanismos de coordenação são elementos essenciais para a implementação e concretização da ENBPA⁵⁸, visando alcançar os objetivos e metas da CDB.

Desse modo, é necessário implementar as atividades de capacitação e disseminação (o plano de ação para o desenvolvimento das capacidades), através de ações de formação ou *workshops*. Considera-se assim pertinente investir na sensibilização e educação ambiental das comunidades em geral, bem como as autoridades envolvidas no processo da conservação e utilização sustentável dos recursos naturais.

Considerando a complexidade destas questões, exige-se um compromisso político firme por parte dos governantes e um trabalho conjunto interministerial da administração central com competências na área. Portanto, neste âmbito, particularmente quanto ao tema da presente dissertação, “o estabelecimento e gestão de áreas protegidas”, é da responsabilidade do Ministério de Agricultura e Pescas, juntamente com os respetivos serviços e entidades tuteladas, a implementação das soluções propostas. Estas entidades devem ainda trabalhar em coordenação com

⁵⁶ Artigo 1º (c, m, n) da Resolução do Governo n.º 34/2015, de 23 de setembro (que aprova ODS 2030), supra note 3.

⁵⁷ A implementação da CHM em Timor-Leste visa promover e facilitar a cooperação técnica e científica; contribuir de maneira substancial para aplicação do mesmo e facilitar a partilha de conhecimentos para a implementação de uma rede plenamente operacional de participantes e parceiros. Pg. 42-48, supra note 8.

⁵⁸ Idem, Metas da ENBPA: *By 2020, the people of Timor-Leste are equipped with appropriate knowledge, skills and values needed for the effective management and conservation of the forests, marine and coastal zones, wetlands, freshwater rivers and lakes, agriculture and protected areas.* Pg. 33, supra note 8

outros organismos, nomeadamente, o Ministério do Desenvolvimento Económico, Ministério de Indústria, Turismo e Ambiente.

Nesse sentido, Timor-Leste, através do Ministério de Agricultura e Pescas, estabeleceu acordos de parceria com organizações a nível internacional e regional, com vista a apoiar os esforços do país em termos financeiro e de assistência técnica. Para os efeitos da presente dissertação, foram recolhidos três projetos de estudo e avaliação realizados entre o Governo timorense e as respetivas agências, os quais serão desenvolvidos nos seguintes parágrafos.

5. Acordos de cooperação; projetos de avaliação ecológica e biológica

Os especialistas ambientais da agência internacional da conservação natureza reconhecem que a RTC tem a maior biodiversidade marinha do mundo e que esta pode representar um fator muito importante para o futuro do país, na condição de ser bem gerida e de forma sustentável. Portanto, um dos aspetos mais importantes no planeamento de AMP passa pela perceção do estado da biodiversidade, com recurso a estudos científicos.

Relativamente a este aspeto, acordaram os países que cercam essa região o chamado *Coral Triangle Initiative on Coral Reefs, Fisheries and Food Security* (CTI-CFF), sob a alçada da agência internacional *Coral Triangle Initiative* (CTI), financiada pelo *World Wide Fund* (WWF) através da *Asian Development Bank* (ADB)⁵⁹. No âmbito desse acordo foram definidas 5 metas no plano de ação para 10 anos, com a vista melhorar a gestão dos recursos costeiros e marinhos naquela região.

Entretanto, qualquer acordo futuramente celebrado entre os países membros com a agência internacional ou regional devem estar alinhado com as 5 metas do Plano de Ação Regional da CTI, nomeadamente: “1) *Priority seascapes designated and effectively managed*; 2) *Ecosystem approach to fisheries management (EAFM) and other marine resources fully applied*; 3) *Marine protected areas (MPAs) established and effectively managed*; 4) *Climate change adaptation measures achieved*; 5) *Threatened species status improving*”.

⁵⁹ Está disponível em: <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/42394/state-coral-triangle-timor-leste.pdf> - consultado em 9 de setembro de 2019

Para este efeito, Timor-Leste, através do Ministério de Agricultura e Pescas (MAP), celebrou o primeiro acordo com a agência estado-unidense NOAA-CREP (*National Oceanic and Atmospheric Administration - Coral Reef Ecosystem Program*), válido por 5 anos (2011-2016).

O objetivo geral do acordo é responder à exigência climática global⁶⁰, o que inclui o fornecimento das informações essenciais sobre a linha de base da pesca e recursos marinhos de Timor-Leste. O objetivo específico é desenvolver o quadro da abordagem ecossistémica (*EAFM* – a 2^a meta) de acordo com dados que irão ser recolhidos, e fortalecer a resiliência aos impactos da alteração climáticas nas zonas costeiras.

Neste âmbito, foram abordadas 5 questões principais que o MAP pretende ver esclarecidas através desse projeto de estudo, principalmente na obtenção de base de dados científicos quanto aos ecossistemas marinhos *nearshore* em torno da água de Timor-Leste. As questões apresentadas pelo MAP para serem avaliadas e monitorizadas dentro do prazo acordado⁶¹ são as seguintes:

1. *Onde estão os recursos marinhos e costeiros de Timor-Leste?*
2. *Quais são os recursos costeiros de Timor-Leste e qual o nível de dependência das pessoas e das comunidades costeiras relativamente a destes recursos ?*
3. *Como mudam ao longo do tempo os recursos costeiros e pesqueiros ?*
4. *Quais são as ameaças a que os recursos costeiros estão sujeitos que causam as mudanças atuais?*
5. *Que abordagens se devem adotar por forma a promover a conservação dos recursos costeiros, garantir a segurança alimentar, os meios de subsistência e a adaptação às alterações climáticas no longo prazo?*

O projeto tem vindo a desenvolver atividades de investigação científica para fazer o levantamento dos habitats e espécies marinhas, observação do estado das mesmas e para localizar as comunidades que habitam esses recifes. Todas as atividades realizadas pela NOAA são, portanto, baseadas nas referidas perguntas, para as quais pretendem obter respostas. Pretende-se, com o resultado dos dados

⁶⁰ ENM-PT 2020, pg. 13, “nas últimas décadas tem emergido, em todo o mundo, a consciência de que a gestão e a governação do oceano e das zonas costeiras, incluindo as atividades humanas aí realizadas, devem ser abordadas de forma abrangente e integradora, procurando o desenvolvimento sustentável e adotando uma ação precaucionária na gestão de riscos, de acordo com uma perspetiva ecossistémica”.

⁶¹ NOAA, pg.15 https://docs.wixstatic.com/ugd/3d4dd3_cbce160c2d0b458a93e25db89617d5d2.pdf - consultado em 18 de Novembro de 2018.

recolhidos, criar mapas de biodiversidade dos habitats. O mapeamento é importante, uma vez que permite aos gestores saber onde estão localizados os diferentes habitats e seus recursos naturais, e quais são os recursos naturais que precisam de gerir de forma sustentada.

Segundo o relatório, foram aplicados os métodos de “*Satellite mapping of nearshore habitats* e *Satellite Imagery Acquisition and Analysis*” para obter informações e dados detalhados, inclusivamente dados respeitantes à “batimetria e habitats bentónicos”. A criação de mapas de habitat bentónicos importa para a conservação do bom estado ambiental, para a sustentabilidade de recursos naturais marinhos, e para a preservação das atividades económicas que dependem muito do ambiente bentónicos⁶².

No decorrer dos estudos preliminares desse projeto, e conforme citados no relatório, “*Interdisciplinary Baseline Ecosystem Assessment Surveys to Inform Ecosystem-Based Management Planning in Timor-Leste, 2007*”, foi já estabelecido que a água em torno de Timor-Leste possui a maior biodiversidade a nível mundial, incluindo a diversidade de recifes de peixe e de recifes de corais, mangais, ervas marinhas, e algas. Para além disso, também indicaram que a subaquática de Timor-Leste serve como um canal importante de migração para cetáceos (baleias e golfinhos), e habitat para dugongo e tartarugas marinhas.

Porém, os pesquisadores também alertaram que algumas áreas necessitam de monitorização contínua devido aos efeitos da acidificação dos oceanos. Recomendaram ainda que o Governo ou outras organizações utilizem os respetivos dados como ponto de partida, ou linha de base, para efeitos de monitorização.

Entretanto, com base nos resultados de estudo preliminar acima referido, realizado em 2013, o MAP celebrou o segundo acordo com CTI em conjunto com o *Coral Triangle Support Partnership (CTI-CTSP)* para a elaboração de um estudo de projeto, intitulado *Rapid Marine Biological Assessment of Timor-Leste (RMBA)*. Os desideratos desse estudo são ⁶³:

⁶² Está disponível em : <http://biometore.ipma.pt/conhecimento/habitat-bentonico> - consultado em 13 de julho de 2019

⁶³ Supra note 9, pg. 13,

- a) avaliar o estado da biodiversidade; inclusivamente a condição do recifes de corais, a resiliência de corais duros ou moles e recifes de peixes;
- b) compilar dados detalhados, especialmente sobre características biológicas que devem ser consideradas no desenvolvimento do planeamento e gestão do parque nacional de Nino Konis Santana e área marinha protegida em ilha de Ataúro, bem como identificando especificamente áreas de importância para a conservação e/ou interesse turismo marítimo;
- c) fornecer as recomendações concretas para o Governo no desenvolvimento do planeamento e gestão das áreas marinhas protegidas e desenvolvimento de turismo marítimo na área marinha protegida.

Para obter uma lista verdadeiramente abrangente dos recursos de recifes de peixe de Timor-Leste, a CTI-CTSP compilou os resultados da sua pesquisa com as outras fontes de dados anteriores e aplicou o método de *Coral Fish Diversity Index – CFDI*. Os dados anteriores foram arquivados em museus, localizados na Austrália e Holanda.

De acordo com o relatório RMBA, mostram esses estudos que Timor-Leste constituía como que um ponto focal de estudos de interesse dos cientistas estrangeiros, desde o início do século XIX (1801-1863), até ao século XX (1909-1961). Mais tarde, em 2008, foi efetuada a primeira pesquisa baseada em mergulho, por Tony Ayling, um biólogo marinho da Nova Zelândia, residente na Austrália. O foco da pesquisa foi a área marinha do Parque Nacional de Nino Konis Santana.

Mais uma vez, os respetivos resultados confirmam que, a água do mar de Timor-Leste possui a maior biodiversidade marinha do mundo. Quanto ao nível regional (Triângulo de Coral), sobretudo no que diz respeito os recifes de peixe, a água em torno da ilha de Ataúro bateu o record da ilha de Papua Nova Guiné e da ilha de Raja Ampat. Portanto, foram coletados dados de pesquisa através da observação, medição e pesquisa de campo.

Os dados de corais duros foram coletados através do método de “*method Point Intercept Transect— Reef Health (Wilson and Green, 2009)*”, enquanto os dados de recifes de peixes foram coletados através do método de *Underwater Visual Census (UVC) - (AIMS, 1994)*.

Para atingir a terceira meta (*marine protected areas established and effectively managed*) supramencionada, tendo por base os resultados da pesquisa de (NOAA-CREP), efetuada em 2017, foi realizada mais uma pesquisa de levantamento de dados ecológicos e socioeconómicos, especificamente na água em torno da ilha de *Ataúro* e na zona costeira do município de Liquiçá. Essa pesquisa serve como uma das etapas do roteiro do estabelecimento da MPA dos respetivos espaços.

Essa pesquisa foi realizada por CTI-CTC e MAP em colaboração com uma organização não-governamental local, “*Roman Luan*”, em *Ataúro*, com o título de “*Marine Rapid Assessment of the Ataúro Island and Liquiça Timor-Leste, 2017*” (*unpublished*).

Segundo o terceiro relatório da pesquisa, foram levantados e analisados dois tipos e fontes de dados, nomeadamente dados primários e dados secundários⁶⁴. Os respetivos dados foram retirados para observação, medição e pesquisa do campo.

De referir que esses três projetos foram financiados pelas agências *United States Agency for International Development* (USAID e ADB), em Timor-Leste. Estas agências apoiam, financeiramente e em termos de capacidade de recursos humanos (especialistas e técnicos), a atuação da CTSP – CTI. Os dois relatórios supracitados, resultantes da pesquisa efetuada, encontram-se já publicados. De acordo com um funcionário da equipa CTI-MAP, um terceiro relatório encontra-se já em fase de revisão, prevendo-se a sua publicação ainda este ano.

Assim, os recentes dados podem já contribuir para o planeamento do estabelecimento e gestão da AMP, servindo também como referência para a elaboração de planos e ordenamento relativos à gestão integrada da zona costeira, em particular da orla marítima (Artigo 5º da Lei n.º 6/2017, de 19 de abril)⁶⁵.

⁶⁴ “The coastal ecology-related primary data includes the live coral cover percentage, reef fish abundance and biomass distribution, distributions of mangrove, seagrass bed, sea turtle nesting beach, and water quality. The socio-economic-related primary data includes fisheries, marine tourism and traditional wisdom of local community in the Ataúro Island and Liquiça coastal area. The collected secondary data includes laws and regulations related coastal and sea resources management as well as the establishment of the MPA. The demographic data and results of other research related cetaceans and fisheries also serve as a secondary data collected during the survey”. – Relatório: “*Marine Rapid Assessment of the Ataúro Island and Liquiça Timor-Leste, 2017*” (*unpublished*).

⁶⁵ Idem

6. Desafios, obstáculos e intervenções

Conforme as metas estipuladas no PEDN, sobretudo no que diz respeito aos recursos naturais e meio ambiente, segundo as quais *“em 2030, terá sido restaurado o forte vínculo entre povo Timorense, o meio ambiente. Os nossos recursos naturais e o meio ambiente serão geridos de forma sustentável para benefício de todos. Ou seja, até 2030, Timor-Leste terá uma rede alargada de parques nacionais terrestres e marinhos que protejam amostras representativas da nossa biodiversidade através de estabelecimento e gestão de áreas marinhas protegidas”*⁶⁶.

São metas ambiciosas que necessitam da participação e colaboração de todas as partes, desde as comunidades até ao nível dos dirigentes superiores da administração pública, setor privado, sociedade civil, bem como das organizações internacionais, regionais e nacionais.

Subsistem, no entanto, vários desafios e limitações aos planos e programas estipulados no PEDN, passíveis de dificultar a obtenção das referidas metas. Cumpre, portanto, aqui destacar os desafios potencialmente mais relevantes à implementação destas políticas, bem como as intervenções adequadas para os ultrapassar. Três ordens de fatores sobressaem, nomeadamente: a limitação de capacidade de recursos humanos; a ameaça das alterações climáticas; e o lixo marinho de origem terrestre.

6.1. A Limitação de capacidade de recursos humanos

A capacidade de recursos humanos (pessoal técnico em várias áreas de especialidade) é um dos meios⁶⁷ importantes para o desenvolvimento de uma nação. Para um país novo como Timor-Leste, o investimento na capacitação de recursos humanos é essencial para o seu desenvolvimento económico, sobretudo no que diz respeito à execução do respetivo PEDN.

Dada a escassez de recursos humanos ao nível nacional, Timor-Leste contou com apoios técnicos especializados e assessorias de vários países, incluindo Portugal.

⁶⁶ PEDN 2011-2030, pg. 268, supra note 53.

⁶⁷ A execução dos Planos e Programas depende de um conjunto de capacidades e recursos muito vasto que obriga a que estejam disponíveis; Meios humanos, financeiros, materiais e de informação (ENM PT 2013-2020), supra note 60.

Entre 2002 e 2011, cerca de 90% dos técnicos e assessores eram estrangeiros, em todas as áreas ou setores da administração pública existentes em Timor-Leste.

De acordo com o resultado da avaliação conjunta do programa indicativo de cooperação entre Portugal e Timor-Leste, “as assessorias consistiram no apoio dirigido a diversas áreas de governação, através de assessorias e assistências técnicas especializadas a diferentes ministérios setoriais, com os objetivos de: i) Apoiar os processos de capacitação e formação da Administração Pública; ii) Apoiar a boa gestão dos assuntos públicos e elaboração de legislação estruturante para a consolidação da Administração Pública e do Estado de Direito; e iii) Contribuir para a consolidação da Língua Portuguesa enquanto instrumento de trabalho nos diversos órgãos e serviços do Estado”⁶⁸.

De facto, Timor-Leste foi apelidado por muitos países desenvolvidos como um país “rico em recursos naturais”, mas “pobre em recursos humanos capacitados”. Os líderes políticos timorenses reconhecem esse fator como um grande desafio para o desenvolvimento do seu país, o qual constitui um obstáculo à implementação das ambiciosas metas estabelecidas no PEDN⁶⁹.

Graças às suas riquezas naturais e ao reduzido número de habitantes, Timor-Leste é efetivamente um país rico em recursos, porém, destituído de recursos humanos qualificados, dificilmente poderá almejar atingir um desenvolvimento económico e ambiental sustentáveis a longo prazo. Independentemente dos esforços dos sucessivos governos para traçar programas e planos estratégicos interessantes e adequados a estes fins, ainda que contanto com o apoio e assistência técnicas de especialistas estrangeiros, é impossível para o país atingir as metas traçadas no referido plano na ausência de recursos humanos nacionais qualificados para gerir, fiscalizar e monitorizar os seus progressos.

Em resposta a estes obstáculos, Timor-Leste aumentou grandemente o seu investimento no setor da educação, estabelecendo o ensino básico e secundário

⁶⁸ IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, pg. 20, está disponível em: <https://www.oecd.org/countries/timor-leste/49817908.pdf> - consultado em 28 de novembro de 2018.

⁶⁹ “Timor-Leste tem os recursos para reduzir a pobreza e até para eliminá-la. Mas fixar um objectivo é uma coisa e atingi-lo é outra” – Relatório de Desenvolvimento Humano em Timor-Leste, 2006.

gratuito para as escolas públicas até ao 12º ano. Para além disso, o Estado também financia o ensino superior, de que é exemplo a Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL), pretendendo-se desse modo garantir as condições máximas de acesso, equidade e qualidade de ensino aos alunos, motivando assim os jovens para continuar os seus estudos até ao nível do ensino superior.

Consciente da importância do desenvolvimento de recursos humanos em Timor-Leste, decidiu o Estado estabelecer o Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH), aprovado pelo Parlamento Nacional como Fundo plurianual através da Lei n.º 1/2011 (aprova o orçamento do estado para 2011 e regulado pelo Decreto-Lei n.º 12/2011, de 23 de março), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 11/2015, de 3 de junho. Para o efeito, foi ainda aprovado o Diploma Ministerial n.º 09/2011, de 13 de abril, sobre o regimento interno e os procedimentos de execução do Conselho de Administração do FDCH⁷⁰. Este Fundo garante que os apoios sejam dados de forma transparente e alocados/direcionados para as áreas prioritárias.

O FDCH constitui “*uma demonstração pública da importância crítica do desenvolvimento dos recursos humanos para o futuro Timor-Leste*”⁷¹. No âmbito desse Fundo, Timor-Leste atribui bolsas de estudo aos jovens timorenses, incluindo filhos de veteranos, funcionários públicos de todas as linhas ministeriais, os militares (FFDTL), bem como os docentes da UNTL que pretendam continuar os seus estudos ao nível do ensino superior (licenciatura, mestrado e doutoramento) em universidades nacionais e internacionais.

De acordo com o relatório do FDCH de 2015, o Fundo beneficiou, de 2011 a 2015, 4,319 bolseiros a maioria dos quais a estudar no estrangeiro. Desses bolseiros 2,170 continuavam a estudar e 1,978 já tinham concluído os seus estudos e regressado ao país⁷². Destaque-se, a este propósito, que a autora da presente dissertação se inclui entre os beneficiários/bolseiros desse mesmo Fundo do período de 2017⁷³.

⁷⁰ Está disponível em: https://www.mof.gov.tl/wp-content/uploads/2018/08/BB6_Port.pdf - consultado em 23 de novembro de 2019.

⁷¹ PEDN 2011-2030, pg.35, supra note 53

⁷² Relatório de FDCH de 2011-2015, (pg. 27), está acessível em: http://www.fedch.gov.tl/wp-content/uploads/2017/05/RELATORIO-5-ANOS-FDCH-FINAL_PT.compressed.pdf - consultado em 18 de Novembro de 2019.

⁷³ Despacho Ministerial n.º 009/D/M/ME/VIII/2016 – Homologação da Lista do Resultado de Concurso de Acesso às Bolsas de Estudo no Estrangeiro na Área de Formação Académica...

Para além deste Fundo, Timor-Leste também estabelece os acordos de parcerias entre o seu governo (Governo de Timor-Leste - GTL) e as organizações internacionais em Timor-Leste, designadamente: JICA, UNDP, USAID, GTZ, AUSAID, KOICA, Erasmus, Instituto Camões, etc. O mesmo se passa nos acordos estabelecidos com outros governos de vários países através das suas embaixadas em Timor-Leste, que concedem bolsas de estudo aos timorenses para estudarem nos seus países.

Quase todos os anos, Timor-Leste envia os seus bolseiros para estudar em outros países, reconhecidos pela boa qualidade dos seus sistemas de educação, conforme as áreas de especialidade, quer se tratem de bolseiros por conta do Estado, quer por conta dos doadores. Refira-se, a título de exemplo, alguns dos destinos mais frequentes: Austrália, Alemanha, Brasil, Cabo-Verde, China, Coréia, Cuba, Estados Unidos, Indonésia, Itália, Japão, Filipina, Malásia, Nova-Zelândia, Singapura, Espanha, Tailândia e Portugal. Considera-se, portanto, que esta medida constitui uma resposta política adequada, na medida em que consubstancia um investimento de longo alcance por parte do poder soberano nacional de Timor-Leste para atenuar o desafio que a escassez de quadros qualificados significa para o futuro do desenvolvimento do país.

6.2. A ameaça das alterações climáticas

Existem múltiplas linhas de evidência de que o clima está a mudar em todo planeta - i.e., as alterações climáticas são uma das maiores ameaças atuais. As consequência destas alterações são profundas e transversais a vários setores na sociedade, não apenas a nível ambiental, mas também económico, social e cultural.

O peso de Timor-Leste para o agravamento deste fenómeno⁷⁴ não é significativo, apresentando-se, até 2011, como um dos países com menos emissões de dióxido de carbono do mundo, com uma média de 0,02 toneladas por pessoa por ano. Alguns países desenvolvidos, apresentam, em comparação, valores de emissão de dióxido de carbono cerca de 20 vezes mais elevados, de acordo com estudos

⁷⁴ PEDN 2011-2030, pg.66, supra note 53.

conduzidos como antecedentes para a elaboração do PEDN⁷⁵. Apesar disso, Timor-Leste não se pode afastar dos efeitos das alterações climáticas.

Como anteriormente referido, as alterações climáticas são um problema global, que afetam todas as nações e todos os setores importantes. É um problema que não conhece fronteiras, afetando por igual países ricos e pobres, populações grandes ou pequenas. Portanto, *“Timor-Leste é vulnerável as alterações climáticas, o clima pode-se tornar mais quente e mais seco na estação seca, assim como variar cada vez mais. Em consequência dessas, os três recursos naturais como água, solo e zona costeira são suscetíveis a alterações no clima e a subidas do nível do mar. Os recifes corais são igualmente muito sensíveis a alterações na temperatura da água e na composição química. Estas alterações têm consequências a nível da produção agrícola, da segurança alimentar e da indústria do turismo daquele país”*⁷⁶.

Neste aspeto, Timor-Leste deve tomar em consideração e trabalhar em cooperação com outros países a fim de reduzir as emissões de dióxido de carbono atmosféricas. É importante notar que “Timor-Leste não está obrigado a reduzir os gases de estufa segundo a Convenção (CQNUAC)⁷⁷. Porém, os assuntos relacionados com as alterações climáticas e a sustentabilidade ambiental estão a tornar-se parte integrante do planeamento das políticas nacionais, o PEDN, que é enquadrado com os 17 ODS da Agenda Internacional para 2030.

Para além dessas, a contribuição da atividade da comunidade timorense contribui ela própria também para aumentar a degradação do ambiente marinho. As ameaças mais significativas são o corte dos mangais⁷⁸, os usos explosivos para pescar e a poluição marítima proveniente da terra, de que são exemplos a sedimentação, os

⁷⁵ Idem

⁷⁶ Idem

⁷⁷ “Relatório INDC (2016) às emissões de TL são inferiores a 0.003% das emissões globais de GEE, uma das mais reduzidas a nível mundial. Os principais gases que TL emite são CO₂ (31%), CH₄ (37%) e N₂O (32%). Os principais sectores para emissão de gases são a agricultura, seguida a energia e resíduos” - Gabriel António de Sá, pg. 8, Supra note 48.

⁷⁸ UNESCO: a Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos aponta que em torno de 67% de todos os mangueais do mundo desapareceram ao longo do século passado, devido ao desenvolvimento das regiões costeiras, à aquicultura, à poluição e a outras atividades humanas. Segundo pesquisas coletadas pela convenção da ONU, a principal causa do desaparecimento dos mangues é a transformação desses ecossistemas em zonas agrícolas ou destinadas à aquicultura. Essa forma de destruição dos mangueais é observada principalmente no sudeste da Ásia. Está disponível em: <https://nacoesunidas.org/unesco-afirma-que-manguezais-sao-aliados-do-ser-humano-na-luta-contras-as-mudancas-climaticas/> - consultado em 28 de setembro de 2019

resíduos plásticos, e esgotos não tratados. Na ausência de intervenção e controlo governamentais, bem como da colaboração por parte das comunidades no combate a estes problemas, tais ocorrências tenderão a continuar a verificar-se.

Conforme descrito no seu Plano, Timor-Leste “*irá desenvolver o Programa Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas para identificar prioridades nacionais relativas à adaptação e à monitorização da implementação de medidas de adaptação*”⁷⁹.

Para esse efeito, Timor-Leste, através do Secretário de Estado para o Ambiente do Ministério da Economia e do Desenvolvimento, estabeleceu o acordo de parceria com a organização internacional *United Nation Development Programmes* - UNDP, designado por NAPA - *National Adaptation Programme of Action on Climate Change*, aprovado através da Resolução do Governo n.º 33/2011, de 26 de outubro. Este programa configura o instrumento de política do governo que suporta o cumprimento do CQNUAC pelo Estado Timorense.

A NAPA de Timor-Leste tem como objetivo identificar as áreas mais vulneráveis; fornecer as opções e medidas de adaptação para reduzir a vulnerabilidade dos setores críticos do desenvolvimento de Timor-Leste que se encontrem mais afetados pelo aumento das alterações climáticas; aumentar os conhecimentos sobre os efeitos das alterações climáticas e quais as medidas de adaptação a implementar pelas comunidades, sociedade civil e funcionários ou agentes da administração pública; e, por último, desenvolver e implementar as medidas adequadas para a sua mitigação⁸⁰.

Segundo o coordenador representativo de UNDP⁸¹, as alterações climáticas representam sobretudo uma ameaça significativa para os objetivos de Desenvolvimento do Milénio, essencialmente, relacionados com a redução da pobreza e da fome. Neste contexto, importa salientar que a segurança alimentar constitui um dos desafios mais críticos com que Timor-Leste se debate.

⁷⁹ Idem

⁸⁰ NAPA, pg.37, supra note 10. Ver também o anexo da Resolução no.33/2011, de 26 de outubro, está disponível em: http://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no39.pdf - consultado em 13 de janeiro de 2019

⁸¹ Idem, supra note 10, pg. 4

Relativamente a este aspeto, foram apresentados à NAPA nove medidas de adaptação identificadas para cada domínio ou setor para serem avaliadas e analisadas, com vista a reduzir os efeitos adversos das alterações climáticas e para a promoção do desenvolvimento sustentável no âmbito da Agenda Internacional para 2030 e nos termos do protocolo de Quioto (UNFCCC). As medidas prioritárias de adaptação apresentadas por Timor-Leste⁸² são as seguintes:

1. *Agricultura e segurança alimentar;*
2. *Recursos hídricos;*
3. *Saúde e segurança humana;*
4. *Desastres naturais;*
5. *Resiliência dos ecossistemas e biodiversidade florestal e costeiro;*
6. *Pecuária;*
7. *Infraestrutura física;*
8. *Produção de petróleo e gás;*
9. *Desenvolvimento de capacidade institucional para a avaliação da vulnerabilidade e o planeamento da adaptação às alterações climáticas.*

Relativamente ao ponto (5) supracitado, relacionado com o tema da presente dissertação, encontra-se atualmente em fase de preparação para o estabelecimento e gestão de áreas marinhas protegidas em Timor-Leste, principalmente na ilha de *Ataúro* e *Liquiçá*. Assim, é necessária uma articulação de estratégias do estabelecimento de AMPs e diretivas de ação para mitigar e adaptar as decorrências das alterações climáticas, sobretudo no equilíbrio dos ecossistemas⁸³ e na biodiversidade.

De modo a implementar as medidas de adaptação às alterações climáticas nos ecossistemas e biodiversidade nas zonas costeiras de Timor-Leste, está a ser realizada umas das atividades sobre “*Building Shoreline Resilience of Timor-Leste to Protect Local Communities and their Livelihoods*”. Este projeto é financiado pela *Global Environmental Facility*, através da *UNDP*. O projeto tem sido conservado e protegido 1.500 hectares de mangues e ecossistemas nas zonas húmidas nos 7

⁸² Idem, pg. 11-12

⁸³ “Os ecossistemas são fundamentais tanto para comunidades de regiões costeiras, onde os mangueais são fonte de subsistência e proteção contra desastres naturais, quanto para o resto do mundo, que tem nos mangues um aliado contra o aquecimento global. Seus complexos sistemas de raízes aprisionam sedimentos, reduzem o fluxo da água e armazenam o carbono azul costeiro proveniente da atmosfera e do oceano” (Audrey Azoulay, 2019), UNESCO, supra note 78.

distritos/municipais, e cerca de 300 hectares de mangues em Liquiçá, foram protegidos e conservados através da aplicação do sistema de *Tara-Bandu*⁸⁴.

É necessário conservar, plantar e/ou recuperar os mangueis para proteger as comunidades litorâneas vulneráveis contra tempestades tropicais e também para contornar os impactos do aumento do nível do mar. Ou seja, “os mangueais contribuem para a estabilidade do litoral, ao proteger os recifes de coral e prevenir a erosão causada por ondas e tempestades”⁸⁵.

6.3. Lixo marinho de origem terrestre

Para além da ameaça das alterações climáticas, o lixo marinho de origem terrestre constitui outro dos grandes desafios com que os mares e oceanos se veem confrontados. O lixo marinho é um motivo de preocupação a nível global que afeta todos os mares e oceanos do mundo, uma vez que constitui uma das ameaças de crescimento mais rápidas para a saúde dos mares e oceanos de todo mundo. Os danos económicos que pode causar são igualmente graves, incluindo perdas para as comunidades costeiras, o turismo náutico/mergulho e a pesca.

Essas questões são considerados como grandes riscos para todos os países em “vias de desenvolvimento”⁸⁶ (*small island developing states – SIDS*), nos quais se inclui Timor-Leste, principalmente quanto ao seu desenvolvimento da economia no domínio do mar⁸⁷.

A poluição do meio marinho já não é um tema novo nas agendas internacionais após a Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, para definir o alcance legal da poluição do meio marinho recorre-se à definição apresentada pela convenção, CNUDM 1982, de acordo com a qual “*poluição do meio marinho significa a*

⁸⁴ Esta disponível em: http://www.tl.undp.org/content/timor_leste/en/home/all-projects/shoreline-resilience.html - consultado em 23 de setembro de 2019.

⁸⁵ UNESCO, supra note 78.

⁸⁶ Os desafios relatados na Declaração de Joanesburgo – 2002, - “O meio ambiente global continua sofrendo. A perda de biodiversidade prossegue, estoques pesqueiros continuam a ser exauridos, a desertificação toma mais e mais terras férteis, os efeitos adversos da mudança do clima já são evidentes e desastres naturais são mais frequentes e mais devastadores; países em desenvolvimento são mais vulneráveis e a poluição do ar, da água e do mar segue privando milhões de pessoas de uma vida digna” - está disponível em: https://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/2002_Declaracao_Joanesburgo.pdf consultado em 21 de fevereiro de 2019.

⁸⁷ PEDN, pg. 59, supra note 53.

introdução pelo homem, direta ou indiretamente, de substâncias ou de energia no meio marinho, efeitos nocivos, tais como danos aos recursos vivos e à vida marinha, riscos à saúde do homem, entrave às atividades marítimas, incluindo a pesca e as outras utilizações legítimas do mar, alteração da qualidade da água do mar, no que se refere à sua utilização e deterioração dos locais de recreio”⁸⁸.

A este respeito, a Convenção também tipifica as fontes da poluição do meio marinho para que os Estados, por sua vez, incorporem mecanismos de controle e prevenção da poluição marinha a partir da sua ação política e legislativa, adotando leis e regulamentos e regras de controle administrativo que estabeleçam esses mecanismos. As classificações de poluição marinha são: *a) poluição de origem terrestre; b) decorrente de atividades relativas aos fundos marinhos; c) oriundas das atividades na área; d) por alijamento; e) proveniente de embarcações e da atmosfera”⁸⁹.*

No que diz respeito à poluição de fontes terrestres, esta define-se como: *“abandono negligente de lixo (perto ou longe da costa), eliminação inapropriada de lixo em casa (exemplo: despejo de cotonetes na sanita), inexistência ou sobrecarga das estações de tratamento de esgotos, falhas na gestão de resíduos durante a recolha, transporte, tratamento ou eliminação do lixo e atividades industriais”⁹⁰.*

De acordo com uma publicação das Nações Unidas, cerca de 80% de todo o lixo que se encontra no mar teve origem em terra, e apenas 20% está relacionado com atividades marítimas. Naturalmente estas percentagens variam de região para região no globo, dependendo de factores como a intensidade do urbanismo e das principais atividades económicas da região⁹¹. O caso da UE, a título de exemplo, conforme relatado na revista *Ambiente para os Europeus*, de 2017, *“Cerca de 80 % do lixo marinho vem da terra. Na maior parte dos casos são plásticos. Estamos a encontrar sacos de plástico no estômago de aves marinhas e de baleias encalhadas, pelo que é nitidamente chegado o momento de agir”*.

⁸⁸ N.º 4 do Artigo 1º CNUDM 1982,

⁸⁹ Idem, n.º 3 do Artigo 194º

⁹⁰ Está acessível em: <https://www.aplixomarinho.org/origens> - consultado em 22 de fevereiro de 2019

⁹¹ Está acessível em: <https://www.aplixomarinho.org/parcerianacionalpplm> - consultado em 22 fevereiro de 2019

Conforme as percentagens anteriores demonstram, a quantidade de lixo no meio marinho continua a aumentar. No comparativo com os números apresentados na Conferência (ECO 1992), cerca de 70% da poluição marinha é proveniente de fontes terrestres, onde se destacavam dois documentos, nomeadamente; a agenda 21 e a Declaração do Rio⁹². Significa isto que após a ECO 1992 o lixo marinho de origem terrestre não diminuiu, continuando, pelo contrário, a aumentar, de 70 % para 90% de todo o lixo encontrado nas zonas costeiras e fundo marinho.

Neste contexto, torna-se necessário um ambicioso pacote de medidas relativas à economia, concordantes com os objetivos de redução dos resíduos marinhos. Estas medidas dever-se-iam aplicar, preferencialmente, a todos os países do planeta, uma vez que *“por principio, não há fronteiras fechadas ou estanques entre as águas do mar de cada Estado”*⁹³.

Isto é válido não apenas para países possuidores de zonas costeiras, mas também para aqueles desprovidos de área marítima litoral. O motivo é que mesmo os países sem área litoral, ou que se encontram afastados das zonas costeiras podem eventualmente originar lixo marinho, quando não colocarem os seus lixos em locais apropriados ou apresentem uma política de gestão de resíduos eficaz. Dito de outro modo, os fatores de poluição não se contêm em fronteiras marítimas físicas predefinidas, movendo-se antes por força da ação dos ventos, dos rios, esgotos, emissários de águas pluviais, e sendo arrastado pelas chuvas ou marés. As tempestades e eventos naturais extremos, como os furacões ou os *tsunamis*, também são responsáveis por arrastarem grandes quantidades de lixo para o mar⁹⁴.

Timor-Leste está a enfrentar um sério problema, e o mais grave está em *Dili*, capital do país (vide a figura), com o maior número de habitantes (252.884 habitantes, Censos 2015). A maioria da população timorense tem menos conhecimento sobre os impactos do lixo marinho, ou seja, não tem conhecimento de que a degradação e

⁹² A informação está disponível em; http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao_Rio_Meio_Ambiente_Desenvolvimento.pdf - consultado em 01 de fevereiro 2019.

⁹³ António Cortês e Armando Rocha, *Principio da Proteção do Ambiente Marinho na Ordem Jurídica Global*, pg. 39. *Direito do Mar-Novas Perspetivas*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2016

⁹⁴ Idem

danificação da biodiversidade e ecossistemas na zonas costeiras e marinhas também são responsáveis por lixo de origem terrestre.

O lixo continua espalhado aleatoriamente devido à falta de consciência e conhecimento da população e, também, como consequência da escassa disseminação dos regulamentos em vigor, bem como pelo desconhecimento generalizado acerca dos respetivos impactos.

Para responder a estas preocupações, o governo timorense trabalha em conjunto com as organizações (*stakeholders*), bem como as autoridades locais na partilha de soluções técnicas, legais, políticas, de base económica ou incentivos à comunidade, que contribuam para a prevenção, redução e gestão do lixo marinho.

Os resíduos sólidos urbanos (RSU) em *Dili* estão a contribuir para uma diminuição da qualidade ambiental e para um aumento dos riscos para a saúde pública, bem como para a perda da biodiversidade e degradação dos serviços ecossistémicos⁹⁵. A maior concentração de biodiversidade encontra-se em volta da água da ilha de *Ataúro*, que se situa perto da norte da cidade de *Dili*. E o aumento da produção de resíduos em capital do país está correlativamente ligado ao crescimento acelerado da população dos últimos anos⁹⁶.

Todos os dias chegam, em média, 120 toneladas de resíduos ao aterro de *Tibar*, com uma população mais de 260 mil habitantes, em crescimento contínuo, e com o aumento do desenvolvimento da indústria, da agricultura e do comércio, a produção de resíduos sólidos da cidade também em expansão permanente⁹⁷, conforme a avaliação realizada pelo ADB, em 2015.

Na sequência dessa avaliação, “o governo timorense lançou um projeto de “Processamento de Lixo em Energia” em *Tibar, Dili*. Trata-se de um projeto que tem por objetivo transformar o modelo de gestão de resíduos sólidos de *Dili*, a cargo da empresa *Shun Hsin, Lda*. Quando as instalações estiverem totalmente operacionais,

⁹⁵ Resolução do Governo N.º 32/216, de 5 de outubro, sobre a estratégia de investimento para a gestão dos resíduos sólidos urbanos de *Dili*.

⁹⁶ *Idem*

⁹⁷ ADB, em sigla inglês; *Asian Development Bank*.

prevê-se que poderão produzir energia para uma central elétrica capaz de gerar 25 megawatts de eletricidade⁹⁸.



Fontes: Facebook- Konservasaun Flora & Fauna

- Durante a elaboração do presente trabalho, a autora teve a oportunidade de fazer uma visita de local (*site visit*) ao referido projeto. Infelizmente porém, encontra-se parado e abandonado, uma vez que, nas palavras de um funcionário no local “o projeto deixou de funcionar porque o equipamento estava avariado ou queimado devido a problemas com fornecimento elétrico”.

Neste caso, é necessária uma estratégia integrada e sistemática para que o Governo possa garantir a efetividade e sustentabilidade do respetivo projeto. Em resposta a esta preocupação, em 2016, o GTL aprovou uma Resolução do Governo n.º 32/2016, de 5 de outubro, sobre a Estratégia de Investimento para a Gestão dos Resíduos de Díli. Porém, esta resolução é apenas aplicada na capital do país, revelando-se assim manifestamente insuficiente, uma vez que os lixos não existem só na capital.

Em 2017, com base na Lei de Bases do Ambiente, Timor-Leste aprovou o Decreto-Lei n.º 2/2017, de 22 de março, sobre o sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos em todo território nacional, exceto nas Regiões Administrativas Especiais (o enclave *Oe-cusse Ambeno* e *Ataúro*)⁹⁹.

⁹⁸ A informação está acessível em; <http://timor-leste.gov.tl/?p=12118> - consultado em 01 de fevereiro de 2019.

⁹⁹ Decreto-Lei n.º 2/2017, de 22 de março, sobre o sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos em todo território nacional.

Apesar disso, o mais importante é a sensibilização da comunidade e a consistência da vontade dos governantes. Neste sentido, o governo e a sociedade civil devem trabalhar em conjunto na disseminação dos regulamentos existentes e dos impactos do lixo no meio marinho. Quanto melhor a comunidade conhecer o impacto dos resíduos ou lixos na saúde pública e no meio ambiente, melhores serão as soluções de gestão e tratamento dos mesmos.

7. Próximos passos e potencial de desenvolvimento

Conforme os resultados das pesquisas anteriormente enunciados, os Biólogos da Conservação Natureza da CTI alertaram nos seus relatórios que nem todos recifes timorenses estão nas melhores condições. Alguns locais têm jardins de coral surpreendentes e paisagens de cortar a respiração, mas outros locais mostram, tristemente, as cicatrizes de um legado de pescas com explosivos, e dos surtos de estrelas do mar de coroa-de-espinhos. Cerca de 30% estão estragados, o que poderá constituir uma grande ameaça a toda essa biodiversidade, caso não se tomem as ações adequadas o mais rapidamente possível¹⁰⁰.

Além disso, as áreas costeiras têm sido bastante afetada pela ação humana: a ocupação de região costeira sem planeamento, a degradação de mangueais (são cortados e convertidos em áreas brancas e outras atividades de aquicultura, construção de barco artesanal e para fazer lenha para apoiar atividades de subsistência de produção de sal). Relativamente aos animais, as tartarugas marinhas são apanhadas em excesso; os ovos e carne destinados à alimentação, e a pele e carapaça utilizados para o fabrico de artesanato. A coleta de esqueletos de corais têm, também, vindo a causar a degradação dessas áreas e a diminuição da biodiversidade. Portanto, destaca-se a necessidade de estabelecer AMPs para protegê-los.

De trinta áreas protegidas declaradas em Timor-Leste, incluindo a área protegida do PNNKS¹⁰¹, está em curso o trabalho para declarar legalmente as ilhas de *Ataúro* e *Liquiçá* como tal, de modo a serem bem geridas e de forma sustentada.

¹⁰⁰ State of the Coral Triangle, Timor-Leste, pg. 10, está disponível em: <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/42394/state-coral-triangle-timor-leste.pdf> - consultado em 4 de Dezembro de 2019

¹⁰¹ O PNNKS está consistente com o princípio da CTI, com a categoria V nos termos da UICN, tendo sido oficialmente inaugurado a 1 de Agosto de 2008 e foi aprovado pelo Governo através da Resolução do Governo n.º 8/2007, de 1 de agosto.

Apesar do PNNKS ter sido o primeiro parque em Timor-Leste (contendo a maior área protegida florestal, que ainda está habitada pelas populações) o sistema de gestão da respetiva área ainda é inadequado, devido à falta de capacidade de recursos humanos e de capacidade institucional (pessoal técnico), incluindo capacidade financeira.

7.1. Ordenamento do espaço marítimo (OEM)

É sabido que a CNUDM é conhecida como a “Constituição dos oceanos e mares”. Da pesquisa realizada pode-se concluir que não existe uma definição precisa do que se entende por “OEM”. Contudo, essa Convenção estipula, desde logo, no seu preâmbulo que, *“os problemas do espaço oceânico estão estreitamente inter-relacionados e devem ser considerados como um todo”*. Assim, o OEM constitui a evolução lógica e a estruturação das obrigações e da utilização dos direitos concedidos ao abrigo da respetiva Convenção, e é reconhecido como um instrumento prático para ajudar os Estados-partes a cumprir as obrigações assumidas.

A este respeito, cumpre aqui destacar ainda, três artigos importantes da Convenção que se devem interpretar como constituindo a base fundamental (origem) do conceito de OEM (que é criação de AMPs). Tratam-se dos Artigos 192º (os Estados têm a obrigação de proteger e preservar o meio marinho), 193º (direito de soberania dos Estados para aproveitar os seus recursos naturais), e o n.º 3 do Artigo 2º (regime jurídico do mar territorial, seu espaço aéreo sobrejacente, leito e subsolo), o qual prevê que *“a soberania sobre o mar territorial é exercida em conformidade com a presente Convenção e as demais normas de direito internacional”*.

Embora não esteja claramente definido o conceito de OEM, alguns Estados-Membros da CNUDM começaram a aplicar as práticas do OEM como um instrumento para gerir as atividades humanas no ambiente marinho, mas era apenas ocasionalmente quanto à parte integrante das iniciativas de gestão costeiras (AMPs).

Em concordância com a contribuição do OEM na gestão eficaz das atividades marinhas e para a utilização sustentável dos recursos marinhos e costeiros em certos países, incluindo os Estados-Membros da UE, realizou a UNESCO em 2007 um

seminário internacional sobre o OEM (marine spatial planning-MPS)¹⁰², visando definir o conceito do OEM com base nas boas práticas e espírito da letra da Convenção. Essa organização referiu também que o OEM deve ser integral e não apenas setorial ou limitado à preservação do meio marinho em certas áreas.

Para além disso, foi também afirmada a necessidade de adoção de modelos de governação que devem incluir: *(i) medidas de planeamento que permitam o desenvolvimento sustentável e sustentado, no espaço e no tempo de diferentes usos e atividades, (ii) medidas de implementação, controlo, monitorização, avaliação, investigação, participação pública e de funcionamento que possibilitem uma governação efetiva*¹⁰³.

Segundo Charles Ehler e Fanny Douvere, o OEM é “um processo de planeamento que permite uma tomada de decisão integrada, prospetiva, e consistente acerca dos usos humanos no mar”. O OEM leva a cabo um processo de análise e alocação das diferentes partes do espaço marinho tridimensional a usos específicos, de forma a concretizar objetivos ecológicos, económicos, e sociais¹⁰⁴.

Estes autores caracterizam o OEM como “uma abordagem estratégica e integrada, assente num plano, para a gestão do meio marinho, que torna possível olhar para a “bigger picture” e gerir os conflitos de usos existentes e potenciais, os efeitos cumulativos das atividades humanas e a proteção do ambiente marinho”¹⁰⁵.

Para além de reconhecer e definir o conceito de OEM, a UNESCO e a Comissão Intergovernamental Oceanográfica (CIO) também aprovaram um guia sobre a abordagem passo-a-passo, de modo a mostrar como se pode tornar e aplicar o OEM (*Marine Spatial Planning – step by step approach towards ecosystem-based management*)¹⁰⁶. É um guia que se destina a responder à pergunta sobre como fazer um OEM operacional de tal forma que se oriente em direção a resultados bem

¹⁰² Charles Ehler e Fanny Douvere - 2009, está acessível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000186559> - consultado em 9 de setembro de 2019

¹⁰³ Vasco Becker-Weinberg, Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional, pg. 12 – Enquadramento e Legislação, Quid Juris, Lisboa, 2016.

¹⁰⁴ Francisco Noronha, Ordenamento do Espaço Marítimo-para o corte com uma visão terresteiramente centrada do Ordenamento do Território, pg. 62, Abreu Advogados, Almedina, 2014.

¹⁰⁵ Idem

¹⁰⁶ Charles Ehler & Fanny Douvere, supra note 102.

sucedidos. Portanto, é um documento que muito importante para agentes responsáveis da preparação do estabelecimento e gestão de áreas marinha protegidas¹⁰⁷.

Entretanto, este guia é um dos programas da CIO para ajudar a que os Estados implementem a aplicação da abordagem baseada no ecossistema, que contribuirá para promover o desenvolvimentos e o crescimento sustentável das economias marítima e costeira e a utilização sustentável dos recursos marinhos e costeiros¹⁰⁸.

Em Timor-Leste, no âmbito da ação do PEDN, foi definido que “os planos de ordenamento elaborados no âmbito do Quadro Nacional de Planeamento, deverão conter; *(i) o percurso de desenvolvimento em cada região, (ii) sensibilidades ambientais, incluindo factores de risco de desastres naturais, e (iii) regulações sobre zonamento, estabelecendo os limites para cada sector, de modo a garantir a sustentabilidade e a protecção ambiental*”.

De modo a responder a estes e outros desafios internacionais e promover os objetivos nacionais neste domínio foi aprovada em 2017, a Lei n.º 6/2017, de 19 de abril, que estabelece as bases do ordenamento do território.

Esta Lei refere no Artigo 5º sobre a gestão integrada da zona costeira, que o sistema de ordenamento do território deve ainda considerar as especiais necessidades de gestão integrada da zona costeira e em particular da orla marítima¹⁰⁹ com vista:

- a) Proteger e valorizar, numa perspetiva de sustentabilidade, a zona costeira, preservando o domínio público marítimo o acesso público ao mar*
- b) Prevenir os fenómenos de degradação natural e os fenómenos provocados pelas atividades humanas, e incentivar a recuperação de áreas degradadas*
- c) Valorizar o património natural, histórico-cultural e paisagístico*
- d) Estimular as atividades socioeconómicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da zona costeira*
- e) Compatibilizar os diferentes usos e atividades específicos da zona costeira, potenciando a utilização dos recursos que lhe são próprios, com respeito pela capacidade de carga dos sistemas naturais, e minimizando situações de risco e impactos ambientais, económicos e sociais*

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Está acessível em: <http://msp.ioc-unesco.org> - consultado em 30 de setembro de 2019.

¹⁰⁹ Orla marítima: porção do território onde o mar, coadjuvado pela ação eólica, exerce diretamente a sua ação e que se estende, para o lado da terra, a uma faixa de 50 metros medida a partir da linha da máxima preia-mar de águas vivas equinociais, e se estende, para o lado do mar, até à batimétrica dos 30 metros (alínea (f) do artigo 2º)

Esta Lei também prevê dois grandes tipos de instrumentos de planeamento territorial; os planos de âmbito nacional e municipal¹¹⁰. Relativamente à elaboração e aprovação¹¹¹, o plano nacional de ordenamento território é elaborado e aprovado pelo Governo através de um decreto-lei, e os de âmbito municipal são adotados pelos órgãos deliberativos das autarquias municipais, e aprovados por decreto do Governo.

De acordo com o n.º 1 do Artigo 30º do mesmo Diploma, cabe à autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA) apresentar a proposta do plano regional de ordenamento do território, os planos setoriais e os planos de uso do subsolo para essa Região e deve aprovado por decreto do Governo.

Para o efeito, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 10/2016, de 4 de maio, sobre as Normas Gerais do Plano de Ordenamento do Território (POT) da Ilha de *Ataúro*. Este Plano “afigura-se como um instrumento de gestão territorial indispensável ao desenvolvimento económico-social e à sustentabilidade na ocupação e utilização da ilha de *Ataúro*, que permite a concretização dos objetivos que presidiram à criação da Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno (ZEESM)”.

Nos termos do Artigo 11º, o POT de ilha de *Ataúro* abrange 7 classes de espaços, ocupação e uso do solo, designadamente; “*espaços de floresta tropical, espaços de interesse paisagístico, espaços de mangal, espaços florestais, espaços de uso agrossilvopastoril, espaços urbanos, e espaços destinados a infraestruturas*”.

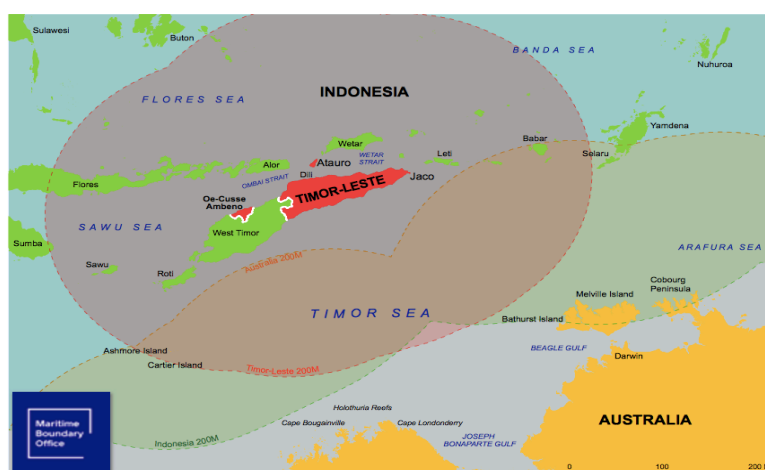
Observando ainda o disposto do Artigo 13º, segundo o qual “*a área de proteção marítima não constitui uma classe de espaços, e devem ser estabelecidas as regras para a melhor compatibilização dos usos e atividades previstos no plano de ordenamento, com a proteção e valorização da zona de corais ou de outros valores naturais marinhos reconhecidos*”. Sem prejuízo da interpretação deste artigo, este diploma não abrange o espaço marítimo, portanto, apenas se encontram regulamentados os espaços referidos no Artigo 11º.

¹¹⁰ Artigo 16º e 17º da Lei n.º 6/2017, de 19 de abril.

¹¹¹ Idem, artigo 22º.

Entretanto, em termos jurídicos, ainda não existe um regulamento específico sobre o planeamento do ordenamento e gestão do espaço marítimo, quer a nível nacional quer a nível municipal. Importa ainda salientar que até à elaboração do presente dissertação não existe um documento oficial sobre o plano da gestão costeira integrada ou acerca da gestão integrada da zonas costeiras em Timor-Leste. Contudo, tal não significa que, Timor-Leste não tenha dado importância aos assuntos do Mar.

Relativamente ao Mar, Timor-Leste está recentemente focada nas questões das fronteiras marítimas com os seus Estados costeiros vizinhos. Esta questão prende-se com a sobreposição de reivindicações concorrentes sobre espaços marítimos entre Indonésia, Timor-Leste e Austrália (vide mapa). Nestas circunstâncias, Timor-Leste e os seus Estados vizinhos são obrigados a negociar e a chegar a acordo em conformidade com os princípios do direito internacional e da CNUDM (Artigos 74º e 83º).



Sobreposição da zona económica exclusiva entre a Timor-Leste, a Austrália e a Indonésia
Fontes: Pg. 48 - *Timor-Leste policy paper on maritime boundaries*.

Estas questões tornaram-se uma prioridade nacional para Timor-Leste, enquanto etapa final de afirmação de soberania plena de um Estado recém-independente. A este respeito, Timor-Leste, através do seu Parlamento Nacional, aprovou a Resolução n.º 12/2014, de 24 de outubro, sobre o Apoio ao Governo para a Criação de um Conselho Especial para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas, com a Austrália e a Indonésia.

A Austrália sempre quis manter ou defender o princípio de prolongamento natural (já foi desatualizado), em oposição ao princípio de equidistância¹¹². Entretanto, após uma longa “disputa”¹¹³ entre Timor-Leste e a Austrália relativamente às fronteiras marítimas no Mar de Timor. Os dois Estados assinaram um Acordo final nos termos do direito internacional e da CNUDM, no dia 6 de março de 2018. Este Acordo ou Tratado fixou não apenas as fronteiras da Plataforma Continental e Zona Económica Exclusiva, mas estabeleceu também um Regime Especial do Campo *Greater Sunrise*¹¹⁴. O respetivo Acordo já foi ratificado pelo Estado de Timor-Leste através da Resolução de Parlamento Nacional n.º 15/2019, de 27 de agosto de 2019.

Enquanto Estado-parte desta Convenção, Timor-Leste considera o seu comprometimento firme com os princípios da mesma como um passo marcante na sua afirmação plena de soberania e independência perante a comunidade internacional.

Relativamente à Indonésia, o processo encontra-se atualmente em fase de negociação. Em 2015, os líderes de ambos os Estados afirmaram que a posição de uma fronteira marítima permanente deverá ser negociada de acordo com os princípios de direito internacional, particularmente a CNUDM. Geograficamente, Timor-Leste e Indonésia precisam de delimitar as fronteiras marítimas em três áreas diferentes, nomeadamente; a) no Estreito de *Ombai*, a oeste, à volta do território de *Oecusse Ambeno* de Timor-leste; b) no Estreito de *Wetar*, a leste, ao largo da costa setentrional de Timor-Leste e à volta da ilha de *Ataúro*; e, c) nas fronteiras laterais no Mar de Timor, a leste e a oeste, ao largo da costa meridional da ilha de Timor¹¹⁵ (vide mapa anterior).

Considerando as suas características, e com base no PEDN, Timor-Leste está atualmente a começar desenvolver as atividades com fins económicos nos seus espaços marítimos. São disso exemplos as atividades piscatórias; de turismo

¹¹² *Timor-Leste Policy Paper on Maritime Boundaries*, pg. 26 http://www.gfm.tl/wp-content/uploads/2016/09/Policy-Paper_English.pdf - consultado em 17 de outubro de 2019. Ver também pg. 232, *Timor-Leste and Recent Developments in Ocean Governance*, Vasco Becker-Weingberg, MSAR, China, June, 2019.

¹¹³ *Arbitration under the Timor-sea Treaty*, 9 de setembro de 2016, o texto/script do processo está disponível em; <https://pca-cpa.org/en/cases/141/> ver também a Nota de Imprensa do Tribunal Permanente de Arbitragem, de 27 de dezembro de 2017, Contexto do Processo de Conciliação, <https://pcacases.com/web/sendAttach/2264> consultado em 16 de outubro de 2019

¹¹⁴ Artigo 7º do Tratado do Mar de Timor, anexo I da Resolução n.º 15/2019, de 27 de agosto de 2019.

¹¹⁵ Clive Schofield and I Made Andi Arsana – *Settling Timor-Leste's International Limits and Boundaries*. Pg. 295-296 *Maritime delimitation between Timor-Leste and Australia*, Routledge Handbook of Contemporary Timor-Leste, London and New York, 2019. Ver também; *Timor-Leste Policy Paper on Maritime Boundaries*, supra note 110.

marítimos em certas áreas, que constituem locais de recreio e de lazer; a construção dos portos marítimos (*Tibar-Bay port*); o projeto Costa Sul (*Tasi Mane– Supply base*); as atividades de navegação; de transportes marítimos de mercadorias e passageiros; bem como o plano de estabelecimento e gestão de AMP em município de Liquiçá e na ilha de *Ataúro*, cujos trabalhos estão em curso.

Em síntese, é possível constatar a existência de atividades nos espaços marítimos e costeiros em Timor-Leste, porém estas não se encontram integradas, revestindo-se por isso de caráter setorial. Por outras palavras, cada ministério elabora o seu plano, que executa sem coordenação com os restantes – trata-se portanto de uma realidade particularmente válida a nível interministerial.

Isto significa que a definição dos domínios dos prioritários de atuação é contrária ao princípio da Agenda Internacional para 2030 alinhada de acordo com o PEDN, inclusivamente quanto ao objetivo nº 14 (proteger a vida marinha - oceanos e mares) de ODS. De acordo com este Artigo, “a gestão e a governação do oceano e das zonas costeiras devem ser numa perspetiva ecossistémica, de desenvolvimento sustentável, com base numa visão abrangente, não setorial e integrada”.

Impõem-se, a este respeito, algumas questões. Em primeiro lugar, é importante ou não estabelecer o ordenamento e gestão do espaço marítimo nacional em Timor-Leste? E ainda, é importante ou não a gestão integrada de zonas costeiras? Para responder a isto, é necessário primeiro averiguar qual a importância da abordagem de ordenamento e gestão do espaço marítimo, bem como a sua utilização e aplicação no contexto da legislação portuguesa. Do mesmo modo, deve analisar-se o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, que criou a rede nacional das áreas protegidas em Portugal.

7.2. Ordenamento e gestão do espaço marítimo em Portugal

Na sua condição de estado marítimo, mas também enquanto Estado-parte da CNUDM e CDB, “Portugal tem sido um Estado parte empenhado e cumpridor”¹¹⁶.

¹¹⁶ Portugal como um território de referência com uma identidade marítima. É um país imenso e um dos grandes países marítimos do mundo, com um acrescido potencial geoestratégico, geopolítica e económico – ENM para 2013-2020, pg.27. Ver também pg.65, *Diplomacia Azul - O Mar na Política Externa de Portugal*, Duarte Bué Alves, Caleidoscópio, 2017.

Portugal foi o primeiro país Europeu a desenvolver a sua área marinha protegida em Alto Mar¹¹⁷. Em função da sua condição geográfica, e nos termos do n.º 8 do Artigo 76º da CNUDM, Portugal apresentou uma proposta de extensão da plataforma continental junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC). Portanto, esta iniciativa surgiu após da ratificação da respetiva Convenção¹¹⁸.

No âmbito da CDB, Portugal ganhou uma atenção a nível europeu. Em 2008, Portugal liderou as negociações para a identificação e gestão sustentável de áreas marinhas ecológica ou biologicamente significativas e para a conceção de redes representativas de AMPs em oceano aberto e mar profundo, através da nona (9ª) Conferência das Partes da (COP-CDB), realizada nos Açores¹¹⁹.

São muitas as atividades económicas¹²⁰ que se desenvolvem no oceano, mar e em torno dele, as quais, causando problemas no meio ambiente, fazem deste uma preocupação comum, incluindo para Portugal, que é como se sabe um Estado marítimo.

Para responder a essa preocupação, e de modo a cumprir as obrigações internacionais assumidas no âmbito da CNUDM, e tendo ainda em linha de consideração o conceito do OEM definido pela UNESCO¹²¹, Portugal aprovou, em

¹¹⁷ Portugal foi Pioneiro no estabelecimento de um paradigma de boas praticas de governação sustentável e sustentada do oceano com criação da primeira área marinha protegida em Alto Mar (situada além das 200 milhas marítimas), com área total de 120.000.km², o Campo *Hydrothermal Rainbow*, nomeando-o para a rede OSPAR de Áreas Marinhas Protegidas, ENM para 2013-2020, pg. 16. supra note 59.

¹¹⁸ Portugal ratificou a CNUDM em 1997, e logo no ano seguinte, em 1998, participou ativamente na exposição universal de Lisboa dedicado aos oceanos e ao mesmo tempo foi criada a Comissão Interministerial para a Delimitação da Plataforma Continental, ligada ao Instituto Hidrográfico. Esta comissão extinguiu-se em 2014 e substituiu com nova Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC). Portugal submeteu a sua proposta de extensão da plataforma continental (n.º 8 do Artigo 76º) em Nova Iorque a 11 de maio de 2009, tendo-a publicamente na CLPC a 13 de abril de 2010. Estima-se que o processo possa vir a estar concluído em 2019/2020. Caso aceite e aprovada pela CLPC, a plataforma continental de Portugal ficará assim alargada, para além das 200 milhas náuticas a contar da costa,. Cfr. Duarte Bué Alves, pg. 65-67, e ver também Declarações de Isabel Botelho Leal, Responsável pela EMEPC em <https://expresso.pt/revista-de-imprensa/2016-08-27-Portugal-vai-reforçar-proposta-para-o-alargamento-da-plataforma-continental> - consultado em 30 de setembro

¹¹⁹ ENM – PT 2013-2020, pg. 17, supra note 60, e ver também a Orientação e Critérios Científicos dos Açores, supra note 12.

¹²⁰ As atividades económicas ligadas ao mar: piscatórias, transporte marítimo, turismo marítimo/costeiro, aquacultura, energia eólica *offshore*, biotecnologia, energia das ondas, ou mineração marítima. Cfr. Duarte Bué Alves, supra note 116.

¹²¹ CNUDM: “os problemas do espaço marítimo estão estritamente interrelacionados e devem ser considerados no seu conjunto”. UNESCO: “a governação do espaço marítimo deve ser integral e não apenas setorial ou limitada à preservação do meio marinho em certas áreas. Refere ainda que a necessidade da adoção de modelos de uma governação integral, planeamento que permita o desenvolvimento sustentável, no espaço e no tempo, de usos e atividades”. Cfr. Vasco Becker -Weinberg, pg.13 e 14, supra note 101.

2013, uma nova Estratégia Nacional para o Mar (ENM 2013-2020). Esta estratégia representa um novo modelo de desenvolvimento do oceanos e das zonas costeiras que permitirá a Portugal responder aos desafios colocados para a promoção, crescimento e competitividade da economia do mar¹²².

Entretanto, o ordenamento do espaço marítimo é um dos planos de ação da ENM para 2013-2020. Para este efeito, e com base na Diretiva 2008/56/CE, de 17 de junho de 2008¹²³, Portugal aprovou a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que Estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional (LBOGEM), que foi posteriormente regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março¹²⁴.

O estabelecimento da LBOGEM em Portugal constitui-se como *“um fator decisivo para o incremento da economia do mar, através da criação de um quadro jurídico eficaz de compatibilização entre usos ou atividades concorrentes, contribuindo para um melhor e maior aproveitamento económico do meio marinho, permitindo a coordenação das ações das autoridades públicas e da iniciativa privada e minimizando os impactos das atividades humanas no meio marinho, rumo à sustentabilidade”*¹²⁵.

O OEM apresenta-se assim, como um instrumento estratégico intersetorial destinado a permitir que as autoridades públicas e as partes interessadas apliquem uma abordagem coordenada, integrada e transnacional¹²⁶. Trata-se portanto de um instrumento prático para ajudar os Estados Partes a cumprir as suas obrigações internacionais assumidas.

¹²² ENM para 2013-2020, pg. 7, supra note 60.

¹²³ Diretiva 2008/56/CE, de 17 de junho de 2008, sobre Diretiva Quadro “Estratégia Marinha” transposta pelo Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro, Lei n.º 34/2006, de 28 de julho, sobre Espaço Marítimo e o Decreto-Lei n.º 495/85, de 29 de novembro, sobre Linhas de base (nacional).

¹²⁴ “D.L n.º 38/2015, de 12 de março é como legislação complementar da Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que desenvolve o regime jurídico aplicável quer ao ordenamento do espaço nacional e ao seu acompanhamento permanente e respetiva avaliação técnica, quer à utilização desse espaço. Cabe ainda desenvolver o regime económico e financeiro associado à utilização privativa do espaço marítimo nacional” (o preâmbulo do D.L n.º 38/2015).

¹²⁵ Idem, pg. 13.

¹²⁶ Diretiva n.º 2014/89/UE, de 23 de julho, do Parlamento Europeu e do Conselho, que Estabelece o Quadro para o Ordenamento do Espaço Marítimo.

De sublinhar ainda que, neste diploma, a LBOGEM (Artigo 3º), enuncia os princípios orientadores nesse domínio (AMPs) que incluem, entre outros e para além dos princípios gerais consagrados na sua Lei de Bases do Ambiente, os seguintes:

- a. *Abordagem ecossistémica, que tenha em consideração a natureza complexa e dinâmica dos ecossistemas, incluindo a preservação do bom estado ambiental do meio marinho e das zonas costeiras;*
- b. *Gestão adaptativa, que tenha em consideração a dinâmica dos ecossistemas e a evolução do conhecimento e das atividades;*
- c. *Gestão integrada, multidisciplinar e transversal, assegurando (...) a coordenação e a compatibilização do ordenamento e da gestão do espaço marítimo nacional com as políticas de desenvolvimento económico, social, de ambiente e de ordenamento do território (•••).*

O Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março, que desenvolve a LBOGEM, afirma que os princípios supracitados constituem “*os passos especiais na criação de normas aplicáveis à utilização de todo o espaço marítimo adjacente ao território continental e ao dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, incluindo a plataforma continental para além das 200 milhas marítimas*”¹²⁷.

Em síntese, Portugal encontra-se cada vez mais avançado relativamente a outros Estados-membros da UE no que diz respeito ao quadro legal sobre a governação dos oceanos, mencionado *supra*. A sua LBOGEM foi aprovada e publicada três meses antes da aprovação da diretiva quadro da UE¹²⁸.

A Assembleia da República aprovou a LBOGEM em 2014, e logo no ano seguinte, em janeiro de 2015, uma delegação parlamentar participou numa reunião com a Divisão para os Assuntos do Oceano e Direito do Mar das Nações Unidas, em Nova Iorque. Esta delegação teve por missão explicar o percurso de elaboração do diploma, tendo sido destacado “*o seu lado precursor a nível mundial*”¹²⁹.

¹²⁷ Vasco Becker -Weinberg, pg.14, *supra* note 103.

¹²⁸ Diretiva n.º 2014/89/UE, de 23 de julho, do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece o quadro para o ordenamento do espaço marítimo, enquanto a LBOGEM foi aprovada em 10 de abril.

¹²⁹ “Após da apresentação da diploma “os nossos colegas do outro lado da mesa não só pediram a versão inglesa do diploma, como nos pediram autorização para o divulgar como exemplo de boas práticas. Entre junho de 2014 e 2015, o Ministério do Mar organizou um “road show” internacional para divulgar o novo enquadramento legal em matéria de economia azul, que começou em Oslo e acabou em Bogotá (passando por 14 cidades) e que permitiu reunir com mais de 1000 pessoas e instituições, de empresários a investigadores, cientistas, investigadores, associações e Câmaras de Comércio. Salientando ainda que, em Osaka um grupo de empresários quis saber detalhes sobre experiências de aquacultura em Portugal; na cidade da Praia, os quadros da administração inquiriram sobre detalhes de extensão da plataforma continental; em Hamburgo os membros presentes da Câmara de Comércio mostraram-se interessados sobre a preservação do ambiente marinho e em Boston, no “Massachusetts Institutes of technology”, um grupo de cientistas

A Diretiva Quadro foi estabelecido como ordem jurídica europeia ou quadro de referência para adoção por parte de todos os Estados-membros, bem como para o estabelecimento e aplicação do ordenamento e gestão do espaço marítimo nos seus países, tendo em conta os 3 (três) aspetos fundamentais previstos nessa diretiva, de âmbito económico, social e ambiental ¹³⁰.

O objetivo da respetiva Diretiva Quadro é a promoção do “*crescimento sustentável das economias marítimas; desenvolvimento sustentável das zonas marinhas e a utilização sustentável dos recursos marinhos; ordenamento através de planos, processo de decisão coerente, transparente, sustentável, fundamentado; obrigações tendentes a estabelecer um processo de ordenamento marítimo, conducente a um plano ou planos de ordenamento do espaço marítimo; e considerar as interações Terra-Mar e promover a cooperação entre os Estados-Membros*”¹³¹.

Apesar da legislação portuguesa ter sido aprovada antes da Diretiva Quadro europeia, importa destacar que a LBOGEM está em linha com o núcleo duro do conceito de economia azul encontrado em documentos internacionais e que se encontra bem ancorada à sua dimensão ambiental¹³².

Para atingir os objetivos mencionados, o Parlamento Europeu e o Conselho estipularam os requisitos mínimos aplicáveis ao ordenamento do espaço marítimo para que os Estados-Membros tomem em consideração as atividades e utilizações nas suas águas marinhas. Para o efeito, devem os Estados-Membros¹³³:

- a) *Ter em conta as interações Terra-Mar, os aspetos ambientais, económicos, sociais, e de segurança*
- b) *Promover a coerência entre o ordenamento e o plano ou planos correspondentes e outros processos*
- c) *Garantir a participação das partes interessadas*
- d) *Organizar a utilização dos melhores dados disponíveis*
- e) *Garantir uma cooperação transnacional eficaz*

quis saber mais sobre investigação no domínio da biotecnologia”. afirmou, DUARTE BUÉ ALVES., pg. 88. supra note 116.

¹³⁰ N.º 1 do Artigo 5º, supra note 114.

¹³¹ Vasco Becker -Weinberg, *Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional* - Ficha Técnica CEDIS FDUNL 2016, pg.18 está disponível em https://www.sophia-mar.pt/uploads/DM_1b_Ordenamento_do_territorio.pdf - consultado em 1 de fevereiro de 2019.

¹³² Duarte Bué Alves, pg.90, supra note 116.

¹³³ Vasco Becker -Weinberg, supra note 103., pg. 20, ver também artigo 6º da Diretiva n.º 2014/89/UE, de 23 de julho,

f) Promover a cooperação com os países terceiros

Nos termos da Diretiva Quadro n.º 2014/89/UE, de 23 de julho, “o ordenamento do espaço marítimo contribuirá para a gestão eficaz das atividades marinhas e para a utilização sustentável dos recursos marinhos e costeiros, através da criação de um quadro para um processo de decisão coerente, transparente, sustentável e fundamentado”.

Encontram-se neste regime (LBOGEM) dois sistemas de ordenamento e de gestão do espaço marítimo, nomeadamente; (a) *instrumentos estratégicos de política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo que é conhecida como a estratégia nacional para o mar (ENM) com a natureza política;* (b) *instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional que é efetuado através dos “planos de situação e planos de afetação” com a natureza jurídica*¹³⁴.

O plano de situação¹³⁵: “*representa e identifica a distribuição espacial e temporal dos usos e das atividades existentes e potenciais, procedendo também à identificação dos valores naturais e culturais com relevância estratégica para a sustentabilidade ambiental e a solidariedade inter-geracional*”. Este plano é sempre determinada por despacho do membro do Governo responsável pela área do Mar.

O plano de situação abrange a totalidade do espaço marítimo nacional, podendo a sua elaboração ser feita faseadamente¹³⁶. De acordo com o regime que desenvolve a LBOGEM, são considerados como usos e atividades existentes e potenciais no plano de situação, nomeadamente a aquicultura e a pesca (quando associada a uma infraestrutura construída para o efeito), a biotecnologia marinha, os recursos minerais marinhos, os recursos energéticos e energias renováveis, a investigação científica, atividades de recreio, lazer ou turismo, o património cultural subaquático e equipamentos e infraestruturas¹³⁷.

¹³⁴ Artigo 6º e 7º da LBOGEM (Lei n.º 17/2014, de 10 de abril) ver também Vasco Becker-Weinberg, pg.36, supra note 131.

¹³⁵ Vasco Becker -Weinberg, supra note 103, pg.33, ver também, Artigo 9º do Desenvolve LBOGEM (Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março).

¹³⁶ N.º 3 do Artigo 9º do Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março.

¹³⁷ Idem, no. 1 do Artigo 10º

Quanto ao Plano de Afetação¹³⁸, destacar que: *“o plano de afetação procede à afetação de áreas e/ou volumes a usos e atividades não identificados no plano de situação. Os planos de afetação, assim que aprovados, ficam integrados no plano de situação, o qual é alterado automaticamente”*.

Note-se que ainda antes do estabelecimento destes dois diplomas, já existia alguma legislação relativa ao ordenamento do território nacional (Lei n.º 58/2006, de 4 de setembro), do espaço marítimo (Lei n.º 34/2006, de 28 de julho), da água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), da utilização dos recursos hídricos (Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio), Titularidade dos recursos hídricos (Lei n.º 54/2014, de 15 de novembro) dos solos (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), e dos recursos geológicos (Lei n.º 54/2015, de 22 de junho)¹³⁹.

A consulta pública e a elaboração do plano de situação e afetação deve assegurar a articulação e compatibilização com os programas e planos territoriais preexistentes no âmbito dos regimes supracitados. Quanto aos planos territoriais preexistentes com incidência sobre a mesma área, serão aplicadas as necessárias adaptações antes da sua divulgação. Incumbe à entidade pública responsável pela elaboração do plano de afetação promover a consulta e atuar em coordenação com a entidade competente pela elaboração do programa ou plano territorial¹⁴⁰.

No que concerne à “articulação Terra-Mar”, encontra-se prevista nos Artigos 45º (1) da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio e do Artigo 27º (2) da Lei n.º 17/2014, de 10 abril¹⁴¹. Por este motivo, a articulação ou interação Terra-Mar entre dois regimes (regime de ordenamento do território terrestre e o regime de ordenamento do território

¹³⁸ Idem, Artigo 19º

¹³⁹ Vasco Becker-Weinberg, Supra note 103.

¹⁴⁰ Artigo 27º da LBOGEM e Artigos 24º e 34º do D.L n.º 38/2015, de 12 de março, ver também, (n.º 21) da Diretiva n.º 89/2014/UE, de 23 de julho de 2014

¹⁴¹ Artigo 45º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, Leis dos Solos, n.º (1): “Os programas e os planos territoriais asseguram a respetiva articulação e compatibilização com os planos de ordenamento do espaço marítimo nacional, sempre que incidam sobre a mesma área ou sobre áreas que, pela interdependência estrutural ou funcional dos seus elementos, necessitem de uma coordenação integrada de planeamento”.

Artigo 27º da LBOGEM n.º (2) : Os instrumentos de ordenamento do espaço marítimo asseguram a respetiva articulação e compatibilização com os programas e os planos territoriais, sempre que incidam sobre a mesma área ou sobre áreas que, pela interdependência estrutural ou funcional dos seus elementos, necessitam de uma coordenação integrada de ordenamento”, pg. 69, supra note 103.

marítimo) é muito importante para evitar conflitos durante a execução e/ou implementação dos planos e gestão dos respetivos espaços¹⁴².

No que diz respeito à questão da resolução dos conflitos, em caso de realização de atividades que são potencialmente conflitantes num mesmo espaço, a LBOGEM prevê dois crivos de aferição; *“O primeiro crivo é uma “filtragem” à luz de três condições preliminares: só poderão prosseguir as atividades que (i) assegurem a biodiversidade, (ii) preservem o bom estado ambiental do meio marinho e (iii) das águas costeiras e de transição. Se nenhum das atividades potencial tiver ainda caído, aplica-se o critério de vantagem social e económica: número de postos de trabalho a criar, qualificação dos recursos humanos, ou volume de investimento, entre outros parâmetros”*¹⁴³.

Em síntese, o objetivo principal da LBOGEM é assegurar uma adequada organização e utilização do espaço marítimo nacional na perspetiva, da sua valorização e salvaguarda, tendo como finalidade contribuir para o desenvolvimento sustentável do país¹⁴⁴. Segundo Duarte Bué Alves, a LBOGEM regula a exploração dos recursos naturais e assegura a compatibilização entre diferentes usos¹⁴⁵.

7.3. Regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade em Portugal

De acordo com o artigo 11º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, que foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro, sobre o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, que estabelece as seguintes APs:

- 1) *Parque nacional*
- 2) *Parque natural*
- 3) *Reserva natural*
- 4) *Monumento natural*
- 5) *Paisagem protegida*

A gestão destas áreas difere, ainda, consoante a sua importância e a jurisdição, de forma a adotar o critério estabelecido pela UICN, como referido anteriormente.

¹⁴² Idem. pg. 35.

¹⁴³ Duarte Bué Alves, pg. 91, supra note 116.

¹⁴⁴ Artigo 2º da LBOGEM.

¹⁴⁵ Duarte Bué Alves, pg. 78, supra note 116.

Assim, este diploma prevê que, *“a gestão das APs de âmbito nacional compete à autoridade nacional; a gestão das AMPs no solo e subsolo marinho e na coluna e superfície de água para além do mar territorial compete à Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, em articulação com a autoridade nacional; a gestão das APs de âmbito regional ou local compete às comunidades intermunicipais, às associações de municípios ou aos respetivos municípios e as tarefas de gestão das APs de âmbito nacional, regional ou local, ou suas partes, bem como o exercício de ações de conservação ativa ou de suporte, podem ser contratualizadas com entidades públicas ou privadas”*¹⁴⁶.

No mesmo diploma, é criada a Rede Nacional de Área Protegidas (RNAPs)¹⁴⁷. Portanto, as APs de âmbito nacional e as APs privadas pertencem automaticamente à RNAP, e para o caso de APs de âmbito regional ou local, a integração ou exclusão na RNAP depende de avaliação da autoridade nacional. A classificação de APs pode abranger o domínio público e o domínio privado do Estado, a zona económica exclusiva e, em geral, quaisquer bens imóveis.

No que diz respeito à criação de uma área protegida e respetiva gestão no âmbito da RNAP. Para que se verifiquem os efeitos desse regime, compete ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) expor o mecanismo de gestão, e criar, e a quem compete a gestão das APs como seguintes¹⁴⁸.

¹⁴⁶ Artigo 13º do Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro, sobre regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.

¹⁴⁷ Idem, Artigo 10º.

¹⁴⁸ Está disponível em; <http://www2.icnf.pt/portal/icnf/faqs/ap> - consultado em 27 de novembro de 2018. Ver também a Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio, que aprovou a Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, e o Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março, que aprovou a orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.

A quem compete a gestão das APs?

No caso das Áreas Protegidas (AP) de Âmbito Nacional compete à autoridade nacional.

No caso das AP de Âmbito Regional ou Local compete às Associações de Municípios ou aos respetivos Municípios.

No caso das Áreas Protegidas de estatuto privado, a gestão deve seguir o previsto no Protocolo de gestão assinado entre os(as) requerentes e a autoridade nacional.

Os Parques Nacionais e os Parques Naturais de Âmbito Nacional dispõem, obrigatoriamente, de um Plano de Ordenamento. As Reservas Naturais e as Paisagens Protegidas de Âmbito Nacional dispõem de Plano de Ordenamento quando o respetivo Decreto Regulamentar de classificação defina tal necessidade.

As Áreas Protegidas de Âmbito Regional ou Local e os Monumentos Naturais de Âmbito Nacional não dispõem de Plano de Ordenamento, sendo-lhes aplicado o regime constante dos respetivos atos de criação e dos Planos Municipais de Ordenamento do Território.

No caso das Áreas Protegidas de Âmbito Regional ou Local, o facto do regime aplicável ser o constante do respetivo ou respetivos PDM - Plano Diretor Municipal não deve, no entanto, impedir que a nova AP disponha de um Regulamento, que distinga claramente este território do envolvente, nomeadamente ao nível dos usos e atividades.

Como é criada uma AP de âmbito nacional?

A classificação de Áreas Protegidas de Âmbito Nacional pode ser proposta por qualquer entidade pública ou privada e deve ser acompanhada pelos seguintes elementos:

- caracterização da área sob os aspetos geológicos, geográficos, biofísicos, paisagísticos e socioeconómicos;
- justificação da necessidade de classificação; e
- tipologia de área classificada que mais se adequa aos objetivos pretendidos.

Esta proposta é apresentada ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas que procede à sua apreciação técnica e elabora a proposta de classificação a enviar ao Governo.

A proposta do ICNF inclui:

- a definição do tipo e delimitação geográfica da área protegida; e
- os recursos financeiros e não financeiros (incluindo recursos humanos) mínimos para a sua gestão.

A classificação é obrigatoriamente precedida de uma Discussão Pública por um período que não pode ser inferior a 20 ou superior a 30 dias úteis, cerca de 1 mês e meio; neste período deve ser promovida a audição das autarquias locais envolvidas.

Terminada a Discussão Pública, é elaborado o respetivo Relatório de Ponderação e é preparada a proposta final de Decreto Regulamentar que incorpora as questões relevantes que resultaram da Discussão Pública.

Seguidamente, são enviados à tutela:

- Relatório de Ponderação da Discussão Pública; e
- Proposta final de Decreto Regulamentar.

É, assim, ao Governo que compete a aprovação da Classificação de uma nova Área Protegida de Âmbito Nacional.

Como criar uma AP de estatuto privado?

Através de proposta do(a) proprietário(a) (ou proprietários) de terrenos privados não incluídos em outras Áreas Protegidas, efetivada através do preenchimento do seguinte Formulário:

- **Formulário** [word 360 KB]

O ou a Proponente deve disponibilizar à autoridade nacional os elementos de caracterização e outra documentação prevista (o processo está balizado pela **Portaria n.º 1181/2009, de 7 de outubro**), nomeadamente um Plano de Gestão para a Área Protegida Privada (APP).

Apreciado o pedido de reconhecimento da Área Protegida de estatuto privado (APP) por parte da autoridade nacional, o mesmo, a suceder, é efetuado por Despacho da respetiva Presidência.

Após o reconhecimento em causa, os(as) requerentes e a autoridade nacional devem assinar, no prazo máximo de 2 meses após a respetiva notificação, um Protocolo de gestão da APP.

No prazo de 30 dias a contar da assinatura do Protocolo de gestão, o Despacho de reconhecimento da Área Protegida de estatuto privado é publicado em Diário da República.

Como é criada uma AP de âmbito regional ou local?

No caso das Áreas Protegidas de Âmbito Regional ou Local, as Associações de Municípios e os Municípios podem proceder à respetiva classificação, quando os Planos Municipais de Ordenamento do Território aplicáveis na área em causa prevejam um regime de proteção compatível. A classificação é feita por ato do órgão deliberativo da Associação de Municípios ou do Município, sob proposta dos respetivos órgãos executivos; o ato em causa define a tipologia, delimitação geográfica da área e seus objetivos específicos, bem como os recursos financeiros, materiais e humanos mínimos para a gestão da Área Protegida.

As Áreas Protegidas Regionais ou Locais (APRL) podem adotar qualquer uma das tipologias previstas no n.º 2 do artigo 11.º do **Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho**, com exceção da de "Parque Nacional", exclusiva do Âmbito Nacional.

Também no processo de classificação das APRL, a mesma é obrigatoriamente precedida de um período de Discussão Pública, em moldes semelhantes (publicitação, prazos) aos previstos para as AP de Âmbito Nacional.

A autoridade nacional sugeriu à ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses que os atos de classificação sejam publicados através de Aviso no Diário da República, de que constem a Deliberação de criação, o Regulamento da Área Protegida (AP) e a posição da autoridade nacional quanto à inclusão da nova AP na RNAP (Rede Nacional de Áreas Protegidas).

Em conformidade com o mapa da RNAP¹⁴⁹, compreendendo atualmente 42 Áreas Protegidas em Portugal continental, verifica-se que existem no entanto 32 das APs no âmbito nacional, 14 no âmbito regional/local, e 1 no âmbito privado. “Todas as APs de âmbito nacional dispõem de Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP). Entretanto, de 32 das APs de âmbito nacional existem 25 APs com POAP, abrangendo uma área total que corresponde a 7,6% do território de Portugal continental, sendo que desde 2008 todas as APs ficaram dotadas de POAP”.

Relativamente às AMPs em Portugal, verifica-se que existem 71 AMP de âmbito nacional ou local que correspondem a 1% de todo o mar territorial e 0.03% que se incluir a totalidade da Zona Económica Exclusiva¹⁵⁰.

Acrescentar ainda que este diploma também adota a Rede Natura 2000¹⁵¹. A rede Natura resultante da aplicação da Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979, (Diretiva Aves) que foi revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro, e da Diretiva 92/43/CEE (Diretiva Habitats), que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Está disponível em: <https://www.oceanario.pt/noticias/o-que-sao-areas-marinhas-protegidas> - consultado em 12 de novembro de 2019.

¹⁵¹ O Artigo 25º. E a Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia que visa a incorporação dos principais "pontos críticos" de biodiversidade e a proteção dos serviços dos ecossistemas vitais na Europa.

8. Áreas potenciais de desenvolvimento

Vários estudos e experiências de alguns países mostram que, a prática da utilização do espaço marítimo¹⁵² no âmbito da aplicação do conceito de ordenamento e gestão do espaço marítimo, sobretudo no que diz respeito ao estabelecimento e gestão de AMPs, traz inúmeras vantagens, tanto para o ambiente como para a economia, quando bem geridas. Portanto, são dois os subsectores diretamente beneficiados com a boa gestão de AMPs, nomeadamente os das Pescas e do Turismo Marítimo.

Segundo o relatório da Comissão Europeia de 2015, foram alcançados progressos significativos no sentido da concretização do objetivo de estabelecimento e gestão de AMPs. Em 2012, cerca de 6% dos mares da Europa já tinham sido designados como AMPs. Estão em curso trabalhos com vista a alcançar uma cobertura de 10% até 2020. A maior parte das áreas faz parte da rede europeia Natura 2000 de áreas naturais protegidas. Os benefícios totais gerados pela rede Natura 2000 no domínio marinho ascenderam a cerca de 1,5 mil milhões de euros por ano em 2011¹⁵³.

Esses benefícios poderiam atingir 3,2 mil milhões de euros se a cobertura da rede marinha Natura 2000 fosse duplicada. Os benefícios gerados são multifacetados. Alguns estudos mostram que, nas reservas marinhas que beneficiam de um nível de proteção elevado, a densidade das espécies e a biomassa total de plantas e animais registam normalmente um aumento superior a 100% e 200%, respetivamente¹⁵⁴.

Esse relatório constitui assim uma prova da validade prática destas políticas, tendo por base exemplos empíricos a ser utilizados como referencial para que outros países, particularmente aqueles em vias de desenvolvimento se sintam motivados a imitar. A sua reprodução seria particularmente útil no âmbito do processo de desenvolvimento económico de Timor-Leste.

¹⁵² No âmbito da CDB, a União Europeia (UE) concordou assegurar a proteção de 10% das suas zonas costeiras e marinhas até 2020, este compromisso também se reflete com o objetivo no. 14 de desenvolvimento sustentável. pg. 1 está disponível em: https://ec.europa.eu/environment/marine/eu-coast-and-marine-policy/implementation/pdf/marine_protected_areas.pdf - consultado em 30 de setembro de 2019. Ver também; https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/reflection_paper_sustainable_annexii_pt.pdf - consultado em 18 de outubro de 2019.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Idem.

8.1. Área potencial das pescas

É sabido que a pesca é uma atividade clássica dos setores económicos ligados ao mar. Em termos geográficos, o território de Timor-Leste apresenta uma linha costeira com cerca de 735 km e uma Zona Económica Exclusiva de 72.000 km². Ou seja, no total de doze municípios, mais uma região autónoma - o enclave de *Oecusse* - apenas dois municípios não possuem acesso à costa: os municípios de *Aileu* e de *Ermera*.

Conforme as pesquisas feitas sobre a pesca, Timor-Leste é um Estado costeiro, rico em recursos marítimos (o terceiro maior de recifes de peixes na RTC) e potencial para desenvolvimento de pescas no mar¹⁵⁵. As águas costeiras e próximas da costa podem igualmente suportar atividades de aquacultura, tais como extração de algas e criação de camarão abalone, caranguejos, pérolas e ostras.

Em termos práticos, a maior parte da pesca em Timor-Leste é feita tradicionalmente, sendo apenas praticada pelas populações que vivem nos litorais. Referimo-nos à pesca artesanal de subsistência, o que significa que existe pouco volume de atividades da pesca comercial. Na minha opinião, a pesca artesanal não está tão bem desenvolvida quanto a pesca comercial, pela falta de dados adequados sobre o estoques de peixe disponível, do conhecimento da arte de pescar, dos equipamentos para a pesca profissional (melhores barcos), das infraestruturas de produção energias, e do estabelecimento de ligações refrigeradas entre zonas de pesca e pontos de exportação.

O desenvolvimento de uma indústria nacional de pesca no mar dependerá do desenvolvimento de um mercado de exportação e quadros legais existentes que regularizam esta matéria. Entretanto, é necessário identificar o problema de falta de dados para elaborar o plano e gestão das pescas em Timor-Leste (política das pescas) bem como as específicas legislações. Para responder a esta preocupação, foi realizada uma terceira pesquisa, como anteriormente explicado (Acordo de Cooperação; projetos)

¹⁵⁵ Cfr. relatório NOAA, surpa note 61.

De acordo com os resultados das pesquisas, inclusivamente a terceira pesquisa em Liquiçá e ilha de *Ataúro* supracitada, foram identificados 11 famílias de espécies de peixes comerciais no respetivo relatório, nomeadamente; “*The surgeonfish (Acanthuridae), snapper (Lutjanidae), and bumphead fish (Scarini) family groups are a group of commercial fishes encountered in all observation locations whose average abundances are respectively 489, 351, and 286 individuals per hectare. Meanwhile, the other commercial fish groups are the giant trevally (Carangidae), thick-lipped fish (Haemulidae), napoleon wrasse (Labridae), emperor (Lethrinidae), tuna (Scombridae), grouper (Serranidae), rabbit fish (Siganidae), and barracuda (Sphyraenidae)*”.

A maior parte deles foi identificada no suco de *Barona*, na parte leste e norte da ilha de *Ataúro*, com um total de 2.724 indivíduos por hectares. Os três locais com abundância acima de 2.000 indivíduos por hectares, são os sucos de *Atekru* (oeste da parte sul), *Akrema* (leste da parte norte) e *Maker* (oeste da parte sul) da Ilha de *Ataúro*. As médias verificadas são, respetivamente, de 2.360; 2.256; e 2.224 indivíduos por hectares. Entre as 11 famílias de peixes comerciais identificadas, a espécie de peixe *Acanthuridae* (*surgeonfish*) foi a mais abundante, tendo sido encontrada em todos os locais de observação, com uma média acima de 800 indivíduos por hectares.

Os pesquisadores recomendam ainda que Timor-Leste deve continuar a monitorizar a sua água e recursos biológicos devido à ameaça das alterações climáticas, sobretudo a acidificação dos oceanos que pode destruir os recifes de peixes e corais. Assim, deve prosseguir os seus esforços de cooperação com organizações internacionais e regionais relacionadas com a conservação da biodiversidade, particularmente quanto à gestão das pescarias visando ajudar o país na elaboração da política de pescas e das legislações nacionais sobre o assunto.

Em termos legais, comparando com outros setores em Timor-Leste, as pescas já estão bem reguladas. Desde a restauração de independência, em 2002, foram aprovadas várias leis, decretos-leis e diplomas ministeriais com relevância direta para esse setor, tais como; Decreto-Lei n.º 6/2004, de 21 de abril, que fornece as bases gerais do regime jurídico da gestão e ordenamento da pesca e aquicultura, e depois

regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 5/2004, de 21 de julho, e a Lei n.º 12/2004, 29 de dezembro, que regula crime relativos à pesca. Para além disso, também foram formulados os planos e estratégias sobre a pesca, como o PEDN.

Relativamente às disposições sobre conservação das pescas, Timor-Leste já regulamentou esta matéria nos Artigos 33º “Atividades permitidas” e 34º “Atividades proibidas numa área protegida” do Decreto-Lei n.º 5/2016, de 16 de março, “SNAPs” e no Artigo 98º “ Classificação de parques marinhos” do Decreto-Lei n. 6/2004, de 21 de março, (na redação do Artigo 54º do SNAPs).

Todavia, a sua aplicação é limitada ou insuficiente, e os planos de ação ainda não foram suficientemente desenvolvidos para alcançar a visão económica do PEDN para 2030¹⁵⁶, sobretudo no que diz respeito a erradicação da pobreza e a melhoria da segurança alimentar.

Observe-se ainda que, como Estado-parte, Timor-Leste deve ainda aderir aos acordos internacionais relativos à aplicação das disposições da CNUDM, respeitantes à conservação e à gestão das populações de peixes transzonais e das populações de peixes altamente migradores, de 1995, que entrou em vigor em 11 de dezembro de 2001; ao Acordo para a Promoção do Cumprimento das Medidas Internacionais de Conservação e de Gestão pelos Navios de Pesca no Alto Mar, de 1993, que entrou vigor em 24 de abril de 2003; e ao Código de Conduta para uma Pesca Responsável, de 31 de outubro 1995 (CCPR)¹⁵⁷.

No âmbito do CCPR, de 1995, a FAO lançou o Plano de Ação Internacional sobre Medidas do Estado de Porto destinadas a Prevenir, Desencorajar e Eliminar a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada, em 2001 (*IUUF*¹⁵⁸, *em sigla inglês*). Além disso, FAO também aprovou as Diretrizes Voluntárias para Garantir a

¹⁵⁶ A visão económica do Plano Estratégico de Desenvolvimento em 2030, de que, *Timor-Leste fará parte do grupo de países de rendimento médio-superior, a pobreza extrema estará erradicada e estará estabelecida uma economia não petrolífera sustentável e diversificada*”.

As metas do setor das Pescas: “criar uma indústria de pescas sustentável e vibrante, que crie emprego e contribua para as metas de melhoria da segurança alimentar e da nutrição em Timor-Leste”, supra note 65

¹⁵⁷ Cfr. Vasco Becker-Weinberg, pg. 242, supra note 112.

¹⁵⁸ IUUF – *illegal, unreported and unregulated fishing*, FAO – Food and Agriculture Organization of the UN.

FAO é uma agência especializada das Nações Unidas que lidera os esforços internacionais para erradicar a fome no mundo.

Pesca de Pequena Escala Sustentável no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza (doravante, Diretrizes PPE)¹⁵⁹.

Neste sentido, e nos termos dos objetivos da FAO, é conveniente que Timor-Leste trabalhe em parceria com essa organização e adote as suas diretrizes e demais Acordos de estoques de peixes supra-indicados, com vista a alcançar as metas e a visão económica do PEDN, particularmente as estratégia para o subsector das pescas: *“criar uma indústria de pescas sustentável e vibrante, que crie emprego e contribua para as metas de melhoria da segurança alimentar e da nutrição em Timor-Leste”*¹⁶⁰.

Em síntese, Timor-Leste ainda não aderiu legalmente aos respetivos acordos internacionais, ou seja, não é parte dos Acordos de estoques de peixes e nem dos Acordos complementar da FAO, como referido anteriormente. Porém, pela condição geográfica¹⁶¹, e nos termos do Artigo 123º da CNUDM, os Estados que cercam do Mar Timor e Mar Arafura já entrarem um Acordo de Cooperação (doravante, *ATSEA*, em sigla inglês)¹⁶². Este Programa foi concebido para identificar a raiz dos problemas enfrentados pelos dois mares semifechados através da *“transboundary diagnostic analysis”*¹⁶³.

Entretanto, este Programa, ATSEA, também promove práticas de pesca responsáveis, incluindo combater a pesca ilegal (IUUF) nas suas ações estratégicas, visando alcançar as metas identificadas no respetivo Programa: *“reduzir a pesca ilegal entre 10 a 15 por cento, melhorar a proteção em 10 a 20% de importantes habitats de espécies marinhas migratórias ameaçadas e o estabelecimento de planos de gestão para mais de 60% das aldeias costeiras em risco”*.

¹⁵⁹ A aprovação das Diretrizes PPE na trigésima primeira sessão do COFI, em junho de 2014. As Diretrizes PPE são o primeiro instrumento acordado a nível internacional inteiramente dedicado ao setor da pesca de pequena escala, e como uma ferramenta essencial em apoio à visão da Organização para a erradicação da fome e a promoção do desenvolvimento sustentável, está disponível em; <http://www.fao.org/3/i4356pt/I4356PT.pdf> - consultado em 6 de outubro de 2019.

¹⁶⁰ PEDN 2011-2030, pg.160 supra note 53.

¹⁶¹ A localização de Timor-Leste encontra-se entre Austrália e Indonésia, no cruzamento entre o Índico e o pacífico, e entre o sudeste Asiático e a Oceânia.

¹⁶² ATSEA – Arafura and Timor Seas Ecosystem Action Programme (Programa de Ações para os Ecossistemas dos Mares de Arafura e Timor).

¹⁶³ Está disponível em: <https://wlearn.net/resolveuid/46d433148d8b23c9c7a7d2f34bd2fbc9> - consultado em 2 de outubro de 2019.

Para além desse Acordo, Timor-Leste tem vindo a trabalhar com países de longa experiência nas aéreas da pesca e na aquicultura, de modo a adquirir vantagens técnicas, experiência e conhecimento correspondentes com os objetivos e metas do PEDN, que passam por garantir a segurança alimentar e a redução da pobreza. É exemplo disso mesmo o acordo assinado por Timor-Leste com a Noruega, através do Ministério da Agricultura e Pescas, para desenvolver o setor pesqueiro em Timor-Leste, financiado pela organização *WorldFish*¹⁶⁴.

8.2. Área potencial de turismo marítimo

O turismo marítimo é também um subsector económico ligado ao mar, tais como o da pesca, de transporte marítimo e portuário. Devido às boas condições climáticas e à alta diversidade de recifes de corais na água da ilha de *Ataúro*, o PEDN identificou que esta ilha “será promovida como centro de mergulho com botija e haverá cabanas ecológicas com baixo impacto a trabalhar com as comunidades locais para dar aos turistas experiências autênticas e remotas”.

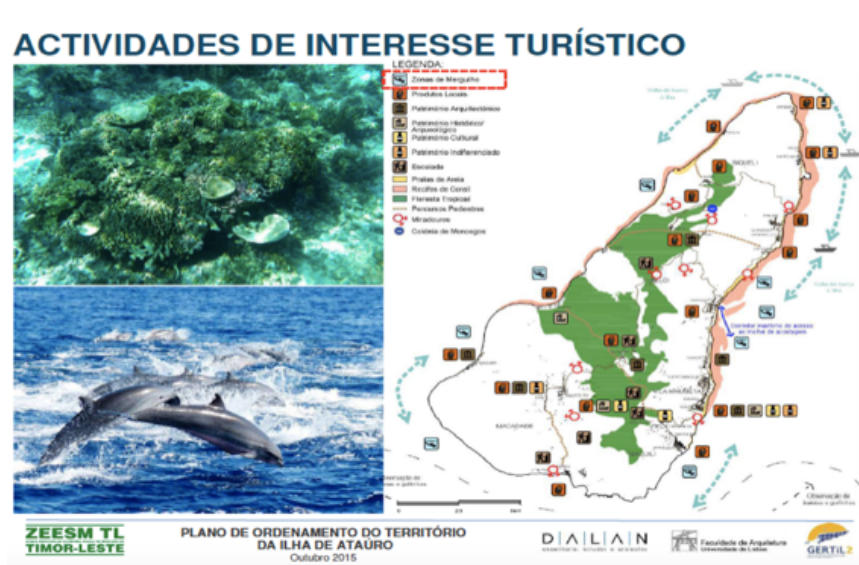
A atividade de turismo de mergulho é uma das formas que permitirá aumentar a captação de procura turística internacional ligada às atividades marítimas e ao turismo de luxo em busca de experiências ligadas ao mar. Para que esta atividade contribua para a economia de Timor-Leste, é necessário proteger e conservar a natureza e o meio ambiente através da criação e gestão de áreas marinhas protegidas.

Para alcançar as metas do PEDN, e com base na Lei n.º 3/2014, de 18 de junho, que procedeu à criação da Região Administrativa Especial do Oe-Cusse Ambeno e a Zona Especial de Economia Social de Mercado (RAEOA-ZEESM) de *Oe-Cusse Ambeno* e *Ataúro*, Timor-Leste aprovou o Decreto-Lei n.º 10/2016, de 4 de maio, sobre as normas gerais do Plano de Ordenamento do Território (POT). Este Plano “afigura-se como um instrumento de gestão territorial indispensável ao desenvolvimento económico-social e à sustentabilidade na ocupação e utilização da ilha de *Ataúro*, que permite a concretização dos objetivos que presidiram à criação da ZEESM”.

¹⁶⁴ Está acessível em: <https://www.worldfishcenter.org/content/agreement-will-boost-fisheries-sector-timor-leste> - consultado em 2 de setembro de 2019.

O respetivo Diploma é constituído pelos 2 (dois) documentos de suportes do Plano, nomeadamente (a) *relatório de caracterização e respetivos elementos cartográficos*, (b) *relatório do Plano*¹⁶⁵. Portanto, esses documentos servem como orientações normativas e recomendações técnicas de gestão para o desenvolvimento da ilha de *Ataúro* e bem como um exemplo de coordenação no desenvolvimento sustentável de uma região¹⁶⁶.

De acordo com o *Dimmock & Musa (2015)*, citado por *Joaquim de Silveira (2016)* na sua dissertação, a atividade de mergulho constitui um novo interesse e uma nova atividade turística, promovendo o escapismo lúdico perante as possibilidades de interação com o ambiente subaquático. Num estudo recente, realizado maioritariamente pelos viajantes, identifica-se o turismo de mergulho como um segmento importante, no âmbito das relações entre turismo e biodiversidade¹⁶⁷.



Fonte: POT *Ataúro*

(O documento infracitado encontram-se 8 zonas de mergulho (em verde claro a volta da ilha) de atividades de interesse turístico)

Neste aspeto, a questão ecológica relativa ao ambiente marinho constitui-se como um elemento central para o desenvolvimento do turismo subaquático, uma vez que a qualidade do ambiente marinho, a flora e a fauna, os recifes, a visibilidade de

¹⁶⁵ N.º 2 do artigo 4º (conteúdo documental) do Decreto-Lei n.º 10/2016, de 4 de maio.

¹⁶⁶ POT de Ataúro, está disponível em: <https://www.zeesm.tl/wp-content/uploads/2017/07/Plano-de-Ordenamento-do-Território.compressed.pdf> - consultado em 27 de janeiro de 2019.

¹⁶⁷ A Dissertação do Joaquim Pereira de Silveira, sobre o *Turismo de Mergulho em Timor-Leste: As Potencialidades do Património Subaquático como Motor de Desenvolvimento – O Caso de Díli*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto em Turismo, 2016, (pg.17). Está acessível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/83872> - consultado em 27 de janeiro de 2019.

água se afiguram como fundamentais para o sucesso desse modelo de negócio. Portanto, o turismo de mergulho, ou seja, as indústrias de mergulho, os mergulhadores e as comunidades locais dependem de um bom ambiente marinho.

Além do mais dependem também da acessibilidade, gestão, conservação, proteção, prevenção de pesca excessiva, monitorização e avaliação dos impactos negativos, das práticas de mergulho, da política do governo, da conservação da flora e fauna marinha, da proteção dos recifes e da criação de áreas marinhas protegidas¹⁶⁸.

Apesar de se tratar de um dos pilares da economia de Timor-Leste, este setor ainda tem despertado pouco interesse por parte das empresas nacionais. Ou seja, estas zonas marítimas não estão a ser adequadamente exploradas, devido à falta de infraestruturas básicas, às más condições da rede rodoviária, estradas, escassez de alojamento, e às limitações ao nível dos recursos humanos para servir uma indústria de turismo em crescimento (pela falta de conhecimento básico nas áreas da hotelaria e restauração).

De acordo com a Política Nacional de Turismo¹⁶⁹; Timor-Leste tem consciência que “as espécies marinhas raras deve ser cuidadosamente consideradas e, quando possível, as áreas marinhas e outras áreas protegidas, devem ser estabelecidas, regulamentadas e controladas. Estes tesouros nacionais têm potencial para serem reconhecidos como Património Mundial da UNESCO, o que poderia chamar a atenção internacional para o país e apoiar o desenvolvimento da indústria do mergulho recreativo”.

Embora estejam em prática políticas para preservar o ambiente natural, existem também lacunas na execução e aplicação da lei. A maioria da comunidade timorense está sob pressão para se desenvolver e muitas vezes não reconhece o valor dos bens naturais, especificamente em termos de turismo. Ainda são fracas as abordagens de gestão de resíduos no país, como foi explicado anteriormente (no subcapítulo respeitante ao lixo marinho de origem terrestre).

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Política Nacional de Turismo, está disponível em:

<http://www.investtimor-leste.com/files/Politica%20Nacional%20de%20Timor%20Leste.pdf> - consultado em 16 de setembro de 2019.

Encontram-se atualmente, algumas empresas privadas estrangeiras, de que é exemplo a *Dive Timor Lorosa'e (DTL)*, *Aquatica Dive resort* e *Atauro Dive Resort* que estão a operar em atividades de mergulho em Timor-Leste, principalmente na capital do país, que inclui a ilha de *Ataúro* e município de Liquiçá.

O DTL é a primeira empresa estrangeira em Timor-Leste a promover, a partir do ano 2000, o turismo sustentável como meio de rendimento alternativo para o país. Além disso, esta empresa também ensina os seus funcionários locais a mergulhar, educando-os dessa forma a tomarem consciência da importância dos recursos naturais marinhos no seu mar.

Considerações finais e recomendações

A biodiversidade e os ecossistemas são elementos importantes dos recursos naturais. O estabelecimento e gestão de áreas marinhas protegidas, constitui uma das ferramentas de base para levar adiante uma política da diversificação económica, concretizando-se assim também as metas estipuladas no PEDN, 2011-2030. Essas metas passam pela erradicação da pobreza e por garantir a segurança alimentar a longo prazo.

As atividades marinhas e costeiras estão, com frequência, estreitamente interligadas e são áreas muito complexas que exigem soluções científicas inovadoras e uma abordagem multidisciplinar. Ou seja, da pesquisa realizada, o mar e a orla costeira carecem de ordenamento e de gestão integrada.

O trabalho aqui apresentado visa demonstrar o potencial de dois subsectores económicos importantes (Pesca e Turismo) que beneficiam do estabelecimento e gestão de AMPs, quando bem geridos ou explorados de forma integrada e adequada.

Para que esses subsectores possam contribuir para a economia nacional timorense, é necessária uma maior vontade e consistência do dever por parte do Estado de Timor-Leste. Essa consciencialização passar por trabalhar em conjunto com os parceiros, através de acordos de cooperação, envolvendo nesse processo diferentes níveis de autoridades; pelo estabelecimento de suportes estratégicos, aos níveis político e legislativo, relativamente ao assunto; bem como pela criação de suportes de dados científicos atualizados. Mais importante ainda é garantir que todas as medidas tomadas estão de acordo com os compromissos nacionais e internacionais, sobretudo as leis, costume e convenções internacionais ratificadas.

Portanto, da análise do presente trabalho, é possível concluir que os dados aqui apresentados são no mínimo úteis e porventura essenciais para que o Governo timorense leve em devida consideração aquando dos processos de tomadas de decisão acerca da gestão dos recursos naturais marinhos e costeiros em Timor-Leste. Especial destaque merece a gestão costeira integrada, em conformidade com o artigo 5º da LBOT, que inclui a gestão da área marinha protegida nas ilhas de *Ataúro* e *Liquiá*.

Timor-Leste tem vindo a valorizar, ao nível das suas políticas públicas recentes, a importância dos assuntos do mar. O país está consciente de que os impactos das ameaças globais afetam também o seu processo de desenvolvimento. Porém, as ações estratégicas existentes ainda são setoriais, ou não são integradas. A explicação para este facto, encontra-se nos limites de recursos humanos capacitados nessa área (nas instituições públicas competentes), bem como à inexistência de uma estratégia nacional para o mar que o integre numa dimensão estratégica mais vasta, adaptada e participativa, com envolvimento de organizações locais e das comunidades.

Para atingir as metas de “melhorar a segurança alimentar e reduzir a pobreza”, a atividade piscatória, na condição de ser bem gerida, constitui uma área privilegiada nesse sentido. Assim, deve Timor-Leste ratificar ou aderir aos acordos internacionais já existentes sobre a gestão dos pesqueiros e o controlo do uso sustentável dos recursos marinhos, nomeadamente o Acordo de Estoques de Peixes e Acordo complementar da FAO que Combate a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada; bem como ao Código e Conduta para a Pesca Responsável. São elementos jurídicos ou diretrizes voluntárias que garantem sustentabilidade da pesca de pequena escala no contexto da segurança alimentar e da erradicação da pobreza.

É evidente que a gestão do espaço marítimo e costeiro constitui um objetivo de concretização muito difícil, quanto mais para um país jovem como Timor-Leste, que está na fase de reconstrução de Estado (quer no âmbito social, político, económico, e quanto às infraestruturas), mas que deve ser constantemente perseguido. Nunca, na história do Homem, houve desafio semelhante, pelo que não existem referências passadas que possam ser utilizadas como guia. Nas palavras de Vitor Hugo: “o futuro tem muitos nomes. / Para os fracos é o inalcançável. / Para os temerosos, o desconhecido. / Para os valentes é a oportunidade”. Hoje em dia, tudo depende muito da iniciativa, vontade e consistência de cada Estado para escolher as boas práticas e o modelo de desenvolvimento que pretende seguir.

Nas referências analisadas, entende-se que, Timor-Leste deve estabelecer estratégias nacionais, tais como o plano estratégico para o mar; deve investir mais nos

conhecimentos jurídicos, científicos e tecnológicos sobre o mar; deve melhorar as linhas de coordenação interministerial sobre o assunto, enquanto ainda não existe a instituição sobre o mar.

É altamente recomendável que os ministérios competentes façam entre si o acordo ou memorando de entendimento, de modo a abrangerem todas as atividades relacionadas com os recursos naturais do Mar e o meio ambiente. Deve o Estado garantir, por último, que os agentes ou gestores sejam dotados das capacidades técnicas e profissionais adequadas para executar e implementar as estratégias aqui propostas.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Duarte Bué, *Diplomacia Azul - o Mar na Política Externa de Portugal*, Caleidoscópio, 2017
- BOSSELMANN, Klauss, *o Princípio da Sustentabilidade (Transformando direito e governança)*, FRANÇA, Philip Gil (Tradução), REUTERS, Thomson, Revistas dos Tribunais, 2015.
- CORREIA, Fernando Alves, *Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo* (legislação básica), 5ª Edição, Almedina, 2003
- CORTÊS, António e ROCHA, Armando *Princípio da Proteção do Ambiente Marinho na Ordem Jurídica Global*, pg. 39. *Direito do Mar-Novas Perspetivas*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2016
- DIMMOCK, K., & MUSA, G. (2015). *Scuba Diving Tourism System: a Framework for Collaborative Management and Sustainability*, *Marine Policy*, 54, 52- 58.
- FONSECA, Rui Guerra e RAIMUNDO, Miguel Assis, (Coordenação: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) – *Direito Administrativo do Mar*, Almedina, 2014
- GARCIA, Maria da Glória F.P.D, *o Lugar do Direito na Proteção do Ambiente*, Almedina, 2007
- AMADO GOMES, Carla, *Direito Internacional do Ambiente: Uma Abordagem Temática*, AAFDL Editora, Lisboa, 2018
- GOMES, Donaciano, *a Economia do Mar: um Contributo para o Desenvolvimento Sustentável – Timor-Leste*, Mare Liberum, 2016
- MARTINS, Patrícia e FERREIRA, Sílvia Capinha, *Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – Anotado*, DisLivro, Lisboa, 2005
- MCGRATH, Kim, *Passar dos Limites, a História Secreta da Austrália no Mar de Timor*, 1ª edição, Junho, 2019
- MENEZES, Wagner, *o Direito do Mar*, Brasília, 2015
- MIRANDA, João, *Estudos de Direito Ordenamento do Território e do Urbanismo*, AAFDL Editora, Lisboa, 2016
- MONIZ, Ana Raquel, ROCHA, Armando, RIBEIRO, Marta Chantal, e MEDEIROS, Rui, *Gestão Partilhada dos Espaços Marítimos, Papel das Regiões Autónomas*, GESTLEGAL, 1ª Edição, Junho, 2018
- NORONHA, Francisco, *o Ordenamento do Espaço Marítimo-para o Corte com uma Visão Terrestrialmente Centrada do Ordenamento do Território*, Abreu Advogados, Almedina, 2014
- PALLAZO Jr., José Truda e CARBOGIM, João Bosco Priamo (organizadores), *Conservação da Natureza e Eu com Isso?*, 1ª Edição, Fortaleza, FBC, 2012
- RIBEIRO, Marta Chantal, *30 Anos da Assinaturas da CNUDM: Proteção do Ambiente e o Futuro Direito do Mar*, Coimbra Editora, 2014
- RIBEIRO, Marta Chantal da Cunha Machado, *a Proteção da Biodiversidade Marinha através de Áreas Protegidas nos Espaços Marítimos sob Soberania ou Jurisdição do Estado: Discussões e Soluções Jurídicas Contemporâneas: a Caso de Português*, Coimbra Editora, 2013

- SCHERL, Lea M., WILSON, Alison, WILD, Robert, BLOCKHUS, Jill, FRANKS, Phil, MCNEELY, Jeffrey A., MCSHANE, e Thomas O., *as Áreas Protegidas podem Contribuir para a Redução da Pobreza? Oportunidades e Limitações (links)*
- SCHOFIELD, Clive e ARSANA, I Made Andi, *Settling Timor-Leste's International Limits and Boundaries – Routledge Handbook of Contemporary Timor-Leste, London, 2019*
- TANAKA, Yoshifumi, *a Dual Approach to Ocean Governance; The Case of Zonal and integrated of Management in International of the Sea*, ASHGATE, 2008
- BECKER-WEINBERG, Vasco *Timor-Leste and Recent Developments in Ocean Governance*, UNL, MSAR, June, 2019
- BECKER-WEINBERG, Vasco, *Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional – Enquadramento e Legislação*, QJ Editora, Lisboa, 2016
- BECKER-WEINBERG, Vasco, *Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional - Ficha Técnica CEDIS FDUNL*, 2016
- ZACHARIAS, Mark, *Marine Policy (an introduction to governance and international law of the oceans)* Earhtscan, 2014

Legislação Consultada:

Convenção Internacional:

- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM,1982);
- Convenção da Diversidade Biológica (CBD 1992)
- *United Nation framework Convention on Climate Change UNFCCC*

Acordos:

Acordo de estoques de peixes e Acordo complementar da FAO

Regional (União Europeia):

- ✓ COM (2012) 491 final, Evolução da política marítima integrada da União Europeia
- ✓ COM (2007) 575 final Uma política marítima integrada para a União Europeia
- ✓ Diretiva n.º 2014/89/UE, de 23 de julho, do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece o quadro para o ordenamento do e espaço marítimo; Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979, (Diretiva Aves) que foi revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro, e da Diretiva 92/43/CEE (Diretiva Habitats)

Legislação Nacional (Portugal):

- Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, dos recursos geológicos
- Lei n.º 17/2014, de 10 de abril; estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional (LBOGEM)
- Lei n.º 54/2014, de 15 de novembro, titularidade dos recursos hídricos
- Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, dos solos
- Lei n.º 58/2006, de 4 de setembro, ordenamento do território nacional;

- Lei n.º 34/2006, de 28 de julho, do espaço marítimo
- Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, da água;
- Decreto-Lei n.º 38/2015 de 1 de março, que desenvolve a LBOGEM
- Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, que foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro, sobre regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, da utilização dos recursos hídricos

Legislação Nacional (Timor-Leste):

- Constituição da República Democrática de Timor-Leste (CRDTL)
- Lei n.º 6/2017, de 19 de abril, sobre lei de base ordenamento território; Lei n.º 4/2016 de 25 de maio, sobre a divisão administrativa do território; Lei n.º 3/2014, de 18 de Junho, que cria a região administrativa especial de Oe-Cusse Ambeno e estabelece a zona especial de economia social de mercado; Lei n.º 11/2009, de 7 outubro, que foi alterada pela Lei n.º 4/2016 de 25 de maio, sobre a divisão administrativa do Território
- Decreto-Lei N.º 2/2017, de 22 de março, sobre o sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos em todo território nacional; Decreto-Lei n.º 14/2017, de 29 de Abril, sobre procedimento para apresentação para a classificação de Áps; Decreto-Lei n.º 5/2016, de 21 de abril, sobre Sistema Nacional de Áreas Protegidas; Decreto-Lei n.º 26/2012, de 26 de junho, sobre lei de bases do ambiente; e Decreto-Lei n.º 6/2004, de 21 de abril, sobre bases gerais do regime jurídico da gestão e ordenamento da pesca e aquicultura.
- Resolução do Governo n.º 32/2016, de 5 de outubro, sobre a estratégia de investimento para a gestão dos resíduos sólidos urbanos de Díli; Resolução do Governo n.º 8/2007, de 1 de agosto; Resolução de Parlamento Nacional n.º 15/2019, de 27 de agosto de 2019, sobre a ratificação do Tratado do Mar de Timor; Resolução PN/9/2006, de 26 de abril, a convenção internacional de combate à desertificação; Resolução PN/9/2006, de 26 de abril; a convenção sobre diversidade biológica que foi ratificada; Resolução PN/8/2006, de 26 de abril, a convenção internacional de combate à desertificação que foi ratificada; Resolução PN/30/2009, de 9 de setembro convenção de viena para a proteção da camada do ozono e o respectivo protocolo de Montreal; e Resolução PN/7/2006, de 26 de abril, o protocolo de Quioto à convenção quadro das nações unidas sobre alterações climáticas (UNFCCC).

Outros Fontes de Documentos (Relatório e Revista):

Estratégia Nacional para o Mar (ENM 2013-2020, Portugal); Estratégia Nacional de Biodiversidade e Plano de Ação (ENBPA 2011-2020. Timor-Leste); Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional de Timor-Leste (PEDN 2011-2030, Timor-Leste); *Policy Paper on Maritime Boundaries of Timor-Leste*; *National Adaptation Programme Action on Climate Change* (NAPA-Timor-Leste); *National Oceanic and Atmosphere Administration* (NOAA, Timor-Leste).

Tese e Dissertação:

1. Gabriel António de Sá (tese de doutoramento), *Energia e Alterações Climáticas: Contributos para o Desenvolvimento de uma Estratégia para Timor-Leste* - Universidade de Aveiro, 2018
2. Joaquim Pereira de Silveira (dissertação), *o Turismo de Mergulho em Timor-Leste: As Potencialidades do Património Subaquático como Motor de Desenvolvimento – O Caso de Díli*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto em Turismo, 2016
3. Bia Ble Hitu Carvalho de Jesus (dissertação), *Análise da Política da Gestão de resíduos sólidos em Timor-Leste: Uma Descrição Comparativa dos Sistemas de Gestão de Resíduos em Portugal e Timor-Leste*, UM, 2012

Sítios consultados:

- 1) <https://www.worldwildlife.org/places/coral-triangle>
- 2) http://www.tl.undp.org/content/timor_leste/en/home/library/environment_energy/the-national-biodiversity-strategy-and-action-plan-of-timor-lest.html
- 3) <https://unfccc.int/resource/docs/napa/tls01.pdf>
- 4) <https://pca-cpa.org/en/cases/141/>
- 5) <https://pcacases.com/web/sendAttach/2264>
- 6) http://www.gfm.tl/wp-content/uploads/2018/03/Port-Timos-Sea-Maritime-Boundary-Treaty_Portuguese.pdf
- 7) http://www.gfm.tl/wp-content/uploads/2016/09/Policy-Paper_English.pdf -
<https://www.cbd.int/marine/doc/azores-brochure-pt.pdf>
- 8) <https://bioone.org/ebooks/RAP-Bulletin-of-Biological-Assessment/A-Rapid-Marine-Biological-Assessment-of-Timor-Leste/Chapter/Coral-Reef-Fishes-of-Timor-Leste/10.1896/054.066.0103>
- 9) <https://www.cdu.edu.au/sites/default/files/research/docs/project3.pdf>
- 10) <http://timor-leste.gov.tl/?p=6488&print=1&lang=pt>
- 11) <https://portals.iucn.org/library/node/8893>
- 12) http://www.spea.pt/fotos/editor2/brochuraapoioireunioes_spea.pdf
- 13) <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-026.pdf>
- 14) <https://www.iucn.org/theme/protected-areas/resources/best-practice-guidelines>
- 15) <https://www.iucn.org/theme/environmental-law/our-work/protected-areas-pa/pa-law-capacity-development/module-2-governance>
- 16) https://cmsdata.iucn.org/downloads/guidelines_for_applying_protected_area_management_categories.pdf
- 17) <http://www.progeo.pt/pdfs/encnbcn.pdf>
- 18) <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ei/cbd>
- 19) <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-016.pdf>
- 20) <https://www.iucn.org/about>
- 21) <http://eportuguese.blogspot.com/2013/05/parques-do-mundo-parque-nacional-nino.html>
- 22) http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento_PT1.pdf

- 23) <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/42394/state-coral-triangle-timor-leste.pdf>
- 24) <http://biometore.ipma.pt/conhecimento/habitat-bentonico>
- 25) <https://www.oecd.org/countries/timor-leste/49817908.pdf>
- 26) <http://www.mj.gov.tl/jornal/?q=node/13>
- 27) <https://nacoesunidas.org/unesco-afirma-que-manguezais-sao-aliados-do-ser-humano-na-luta-contra-as-mudancas-climaticas/>
- 28) http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no39.pdf
- 29) http://mj.gov.tl/jornal/public/docs/2011/serie_1/serie1_no39.pdf
- 30) http://www.tl.undp.org/content/timor_leste/en/home/all-projects/shoreline-resilience.html
- 31) https://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/2002_Declaracao_Joanesburgo.pdf
- 32) <https://www.aplixomarinho.org/origens>
- 33) <https://www.aplixomarinho.org/parcerianacionalpplm>
- 34) http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao_Rio_Meio_Ambiente_Desenvolvimento.pdf
- 35) <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/42394/state-coral-triangle-timor-leste.pdf>
- 36) <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000186559>
- 37) <http://msp.ioc-unesco.org>
- 38) http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci_7-1.pdf
- 39) http://www.gfm.tl/wp-content/uploads/2016/09/Policy-Paper_English.pdf
- 40) <https://expresso.pt/revista-de-imprensa/2016-08-27-Portugal-vai-reforçar-proposta-para-o-alargamento-da-plataforma-continental>
- 41) <https://www.cbd.int/marine/doc/azores-brochure-pt.pdf>
- 42) https://www.sophia-mar.pt/uploads/DM_1b_Ordenamento_do_territorio.pdf
- 43) <http://www2.icnf.pt/portal/icnf/faqs/ap>
- 44) https://ec.europa.eu/environment/marine/eu-coast-and-marine-policy/implementation/pdf/marine_protected_areas.pdf
- 45) <https://iwlearn.net/resolveuid/46d433148d8b23c9c7a7d2f34bd2fbc9>
- 46) <https://www.worldfishcenter.org/content/agreement-will-boost-fisheries-sector-timor-leste>
- 47) <http://www.fao.org/3/i4356pt/I4356PT.pdf>
- 48) <https://www.zeesm.tl/wp-content/uploads/2017/07/Plano-de-Ordenamento-do-Território.compressed.pdf>
- 49) <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/83872>
- 50) <http://www.investtimor-leste.com/files/Politica%20Nacional%20de%20Timor%20Leste.pdf>